

CIBEC/INEP



B0002123

**Governo Federal**  
**Ministério da Educação**

**AÇÕES**

**85/90**

4.32(047)  
323r

**Janeiro 1990**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

José Sarney

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

Carlos Sant'Anna

**SECRETÁRIO-GERAL**

Ubirajara Brito

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**REALIZAÇÕES DO  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**Período: 85/90**

**Governo José Sarney**

Janeiro/1990

# SUMÁRIO

I - ANO: 1985 . . . . .	7
EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL E NAS PERIFERIAS URBANAS. . . . .	7
AÇÕES E RESULTADOS. . . . .	7
II - ANO: 1986. . . . .	9
EDUCAÇÃO PARA TODOS - CAMINHO PARA A MUDANÇA. . . . .	9
EDUCAÇÃO E TRABALHO. . . . .	9
AÇÕES E RESULTADOS. . . . .	9
III - ANO: 1987. . . . .	13
EDUCAÇÃO PARA TODOS - CAMINHO PARA A MUDANÇA. . . . .	13
EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO. . . . .	13
AÇÕES E RESULTADOS. . . . .	13
IV - ANO: 1988. . . . .	17
A EDUCAÇÃO NO PROCESSO CONSTITUINTE:. . . . .	17
ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO. . . . .	17
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR. . . . .	17
EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL. . . . .	17
AÇÕES E RESULTADOS. . . . .	17
V - ANO: 1989. . . . .	21
A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA CONSTITUCIONAL:. . . . .	21
ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO. . . . .	21
UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ESCOLAR. . . . .	21
MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO. . . . .	21
EDUCAÇÃO E TRABALHO. . . . .	21
PRODUÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO PAÍS . . . . .	21
AÇÕES E RESULTADOS. . . . .	26
VI - ANO: 1990. . . . .	37
AÇÕES PROJETADAS. . . . .	37
VII - MARCOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - 1985/1990: QUADRO-RESUMO. . . . .	45
VIII - CONSIDERAÇÕES FINAIS. . . . .	49
IX - ANEXOS: QUADROS E GRÁFICOS ESTATÍSTICOS. . . . .	53

# APRESENTAÇÃO

Este relatório registra não só as principais realizações do Governo Federal, no âmbito do Ministério da Educação, no período de 1985 a 1989, como também as ações projetadas para o primeiro trimestre de 1990.

Foi estruturado, tomando-se como referenciais o compromisso do Governo com o setor social, os fundamentos e princípios da nova Carta Constitucional e as leis básicas da educação nacional em vigor.

As políticas que orientaram as ações constantes deste documento refletem o movimento de redemocratização que se instalou no País, quando a organização da sociedade possibilitou níveis crescentes de participação e intervenção no quadro educacional brasileiro.

Nesse período, as ações do Governo Federal foram historicamente marcadas pela transição político-institucional, pela revisão das relações administrativas entre a União, os Estados e Municípios e pelas reformas nos processos de tributação, de orçamento e de transferências financeiras, cujas mudanças estão substanciadas na nova Constituição do País.

Assim, o Ministério da Educação concentrou sua atuação, ano a ano, em linhas com reconhecido nível de prioridade, na superação de carências e desequilíbrios ainda existentes no sistema educação, cujo número de alunos nos três níveis de ensino é inferior à população total de apenas treze países no mundo, o que demonstra o imenso desafio a ser enfrentado pelo Governo e pela sociedade - juntos.

Com base nos indicadores das políticas nacionais de educação, precedeu-se ao registro de ações e resultados que ensejam o rastreamento, numa visão retrospectiva, de todo o esforço governamental, ao longo desses últimos cinco anos, e, numa visão prospectiva, das ações que se viabilizarão no limiar da nova década, em direção à virada do século.

Carlos SanfAnna  
Ministro da Educação

# I. ANO: 1985

## 1. LINHA PRIORITÁRIA NACIONAL

### EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL E NAS PERIFERIAS URBANAS

O Ministério da Educação deu continuidade à implementação de um conjunto de políticas consubstanciadas no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto - 1980/85, que reflete a preocupação do Governo Federal com as áreas mais carentes, precisamente o campo e a periferia urbana, na busca de redução das desigualdades sociais e dos desequilíbrios regionais existentes.

## 2. AÇÕES E RESULTADOS

### 2.1. ENSINO FUNDAMENTAL

Destaca-se como ação prioritária a **expansão da oferta de vagas** neste nível de ensino, para o que foram direcionados recursos governamentais para atendimento à população de baixa renda, de 7 a 14 anos, situada no meio rural e nas periferias urbanas, que representava, então, cerca de 25 milhões de alunos, dos quais foram beneficiados 15 milhões.

Nessa perspectiva, os recursos financeiros do Ministério foram ampliados pelo **Programa de Prioridades Sociais do Governo Federal**, possibilitando a construção e recuperação de 7.589 salas de aula e a conseqüente oferta de 318.949 novas vagas.

Coube à Região Nordeste a prioridade de investimentos, dada a situação de carências e desequilíbrios em relação às demais regiões do País. Dessa forma, do total de recursos repassados aos governos estaduais, 55% foram aplicados nessa região, excluídos os recursos da cota estadual do Salário-Educação.

**O Programa de Atendimento Direto aos Municípios** beneficiou 2.828 municípios, sendo que, destes, 42% integram a Região Nordeste.

Além disso, verificou-se um novo posicionamento com relação ao ensino supletivo, que começou a ser encarado mais como um processo próprio de educação de

jovens e adultos do que apenas uma chance renovada de escolarização. Nessa perspectiva, os sistemas de ensino foram estimulados a adotar processos alternativos não-convencionais de ensino para alunos fora da faixa etária própria, que beneficiaram 785 mil alunos, em 1.300 municípios.

## 2.2. ENSINO MÉDIO

Iniciaram-se as avaliações de debates sobre o **Ensino Técnico, Industrial e Agrícola**, culminando com a criação do Comitê de Ensino Técnico, no âmbito do Ministério. Isto porque, em coerência com a linha prioritária nacional/85, pretendeu-se enfrentar o desafio da oferta de terminalidade do ensino médio, conjugado com a sua função pro-pedagógica, o que se efetiva nas escolas técnicas - industriais urbanas e agrícolas rurais.

A aplicação de recursos concentrou-se na melhoria e manutenção do ensino técnico da rede federal.

## 2.3. ENSINO SUPERIOR

Foi implantado o Programa Nova Universidade, com o objetivo de apoiar as instituições de ensino superior na melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para as atividades de manutenção e investimento desse programa, foram destinados recursos nominais cinco vezes superiores aos recursos do exercício anterior.

Dessa forma, foram beneficiados 326.495 alunos de graduação e 17.082 de pós-graduação.

Acresce, ainda, o início do processo de recuperação da infra-estrutura física dos **campi** universitários e a uniformização dos planos de cargos e salários do pessoal docente, técnico e administrativo das fundações universitárias, mantidas pelo Governo Federal.

## 2.4. ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

A educação no meio rural e nas periferias urbanas fora adotada como prioridade da política educacional, nesse exercício, e, em decorrência, as ações de apoio ao estudante direcionadas para suprir carências alimentares e de material escolar e didático, contribuindo para a melhoria do rendimento escolar das populações de baixa renda.

O Programa de Merenda Escolar beneficiou 21,7 milhões de alunos.

## **II. ANO: 1986**

### **1. LINHAS PRIORITÁRIAS NACIONAIS**

#### **EDUCAÇÃO PARA TODOS – CAMINHO PARA A MUDANÇA EDUCAÇÃO E TRABALHO**

Essas prioridades inscreveram-se no contexto das estratégias governamentais que procuraram efetivar o compromisso político de assegurar educação para todos, visando à formação do indivíduo para o pleno exercício da cidadania.

Alicerçada nos princípios e diretrizes expressos no PND na Nova República e no Plano de Metas 1986/1989, a proposta de Educação para Todos concretizou-se mediante ações de universalização do acesso e da permanência da criança de 7 a 14 anos do ensino fundamental, bem como de melhoria da qualidade e eficiência do sistema educacional.

A prioridade Educação e Trabalho começou a ser atendida por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico - Protec.

### **2. AÇÕES E RESULTADOS**

#### **2.1. ENSINO FUNDAMENTAL**

Em continuidade à expansão da oferta de vagas no ensino fundamental, o Ministério duplicou a aplicação de recursos efetivada no exercício anterior. Tal incremento permitiu a construção e recuperação de 25 mil unidades escolares e de 11.761 salas de aula, bem como o início de implantação de 31 escolas agrícolas de 5- a 8<sup>ª</sup> série.

Vale ressaltar que, em relação ao ano de 1985, houve expressivo acréscimo de novas vagas, o que significou elevar a oferta de 318.949 para 2,5 milhões de vagas.

A Fundação Educar iniciou suas atividades como agência do MEC, criada em substituição ao Mobral e destinada a apoiar técnica e financeiramente os programas de alfabetização e educação de jovens e adultos que se desenvolvem nos estados e municípios.

Para tanto, foram transferidos recursos financeiros, ensejando ampliar o atendimento de 1.300 municípios, em 1985, para 3.500, em 1986.

Nesse exercício, mediante a execução de programas não-formais de treinamento, a Fundação Educar capacitou 8.889 professores leigos, do ensino fundamental. Ainda na linha de apoio a esse nível de ensino, a Funtevê, em convênio com as secretarias de Educação, produziu e veiculou o Programa de Qualificação Profissional para o Magistério. Ao mesmo tempo, foi incorporado à Funtevê o Sistema Maranhense de Televisão Educativa, integrado por 300 telessalas, que atenderam a uma população de 22 mil alunos de 5<sup>ª</sup> a 8- série.

## 2.2. ENSINO MÉDIO

Em resposta aos debates sobre o segmento específico de ensino técnico, foi implantado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico - Protec -, neste ano, destinado, basicamente, à recuperação das escolas técnicas federais.

Além disso, foram firmados convênios com municípios para implantação de unidades de ensino agrícola de 1<sup>º</sup> grau, perfazendo, ao final, 72 escolas.

## 2.3. ENSINO SUPERIOR

Dando prosseguimento ao Programa Nova Universidade, os estudos sobre reformulação do ensino superior no Brasil culminaram com a conclusão do anteprojeto de reforma da universidade brasileira e das escolas isoladas federais. Este anteprojeto propunha a criação do ente jurídico Universidade, eliminando a dicotomia entre fundações e autarquias.

Dos recursos financeiros desembolsados no atendimento a 164 instituições de ensino, que correspondem a três vezes o aplicado no ano anterior, foram apoiados, entre outros projetos, os 26 hospitais universitários que se encontravam em más condições de funcionamento.

Ainda nessa área, é preciso salientar a aprovação, por decreto, do III Plano Nacional de Pós-Graduação-86/90, que pretende duplicar, até 1990, o estoque de cientistas atuantes no País.

Cumprе ressaltar que a expansão do ensino superior, até então operando sem critérios definidos claramente, teve no Decreto n<sup>º</sup> 93.594/86 a sustação da criação de novos cursos, pelo período de um ano. Tal medida contribuiu para maior rigor na fixação de requisitos para a autorização e o funcionamento de novos cursos, adequados às exigências de padrão de qualidade e às demandas da sociedade brasileira.

## 2.4. ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Foram instituídos os programas de Módulos Didáticos e Escolares, de Transporte Escolar e de Bolsas de Estudo para menores carentes.

A merenda escolar foi estendida de 180 para 260 dias, sendo atendidos diariamente, inclusive nas férias, 25 milhões de estudantes do ensino fundamental.

Ainda nesse ano, teve início o atendimento à criança na faixa etária de 4 a 6 anos, atingindo cerca de 7 milhões de irmãos dos escolares.

Foi implantada, com resultados positivos, a Municipalização da Merenda Escolar, inicialmente em 81 municípios, distribuídos em 18 estados.

Com a extensão do atendimento, o Programa de Merenda Escolar aplicou recursos três vezes superior à aplicação do exercício anterior.

O Programa de Material Didático e Escolar distribuiu 45,1 milhões de livros didáticos e atendeu a 7,2 milhões de alunos, com módulos escolares. Ainda foram concedidas 76 mil bolsas de estudo para alunos de 1<sup>o</sup> grau e 68,8 mil para alunos de 2<sup>o</sup>- grau.

O Programa Saúde do Escolar, de cunho essencialmente educativo-preventivo, atendeu a 782 mil estudantes.

## 2.5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Deve-se ressaltar que foram regulamentadas, em portaria ministerial, diretrizes que permitiram reforçar o atendimento às ações das secretarias de Educação e de 800 instituições especializadas, mediante aplicação de recursos.

Considera-se, portanto, esse exercício, como marco do interesse crescente do Governo com a educação especial.

## 2.6. EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

Esforços foram concentrados nos estudos desenvolvidos pela Comissão de Reformulação do Esporte, cujas recomendações se explicitaram:

- no efetivo compromisso do Ministério com a educação física e o esporte escolar;
- na integração das atividades físicas na vida da população como fator de saúde, promoção social e qualidade de vida, numa ação interministerial, com os Ministérios da Saúde e da Previdência.

## 2.7. ELEMENTOS DE DESTAQUE

Finalmente, no ano de 1986, foi iniciada importante fase de reforma administrativa do MEC, amparada no Decreto n<sup>o</sup> 93.613/86, com o desdobramento da então Secretaria de Ensino de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Graus - SEPS - em Secretarias de Ensino Básico - SEB - Ensino de 2<sup>o</sup> Grau - Sesg - e de Educação Especial - Sespe.

Em cumprimento ao propósito do Governo Federal, no sentido de reduzir o déficit público, o MEC extinguiu alguns órgãos, dentre os quais: a Comissão de Moral e Civismo, a Coordenação de Ensino Agropecuário - Coagri -, o Centro Nacional de Educação Especial - Cenesp -, a Fundação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional - Cenafor - e a Delegacia Regional do Distrito Federal.

### **III. ANO: 1987**

#### **1. LINHAS PRIORITÁRIAS NACIONAIS**

##### **EDUCAÇÃO PARA TODOS - CAMINHO PARA A MUDANÇA EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO**

Assumidas as mesmas linhas prioritárias estabelecidas para o exercício anterior, o Ministério deu prosseguimento a programas de reforço ao ensino fundamental e ampliação das ações referentes à educação pré-escolar, na linha da universalização do ensino do programa Educação para Todos - Caminho para a Mudança. Isto representou uma atuação convergente do Governo, no sentido de tornar disponíveis todos os serviços de docência e de apoio ao aluno e ao professor, assim como os serviços integrados de educação, alimentação e médico-odontológicos, com atenção preferencial ao aluno carente, onde ele se encontrasse.

Por outro lado, foi conferida prioridade ao aumento da oferta de ensino médio, dando-se especial atenção à área de ensino técnico. Nesse sentido, o Governo definiu como meta a instalação de 200 escolas técnicas - industriais e agrotécnicas -, em acréscimo às 57 existentes, propiciando, inclusive, a terminalidade, também, em nível de ensino fundamental.

#### **2. AÇÕES E RESULTADOS**

##### **2.1. ENSINO FUNDAMENTAL**

As questões inerentes a esse nível de ensino exigiram urgente enfrentamento de problemas relativos à distribuição da população e respectiva oferta de serviços educacionais, sendo objeto de consideração os grupos etários que demandam tanto ensino fundamental quanto educação pré-escolar e a população de jovens e adultos, marginalizados do sistema regular de ensino.

Assim é que, nesse exercício, foram implementados dois programas: de Educação Pré-Escolar Estadual, que proporcionou a criação de 39.600 novas vagas; de Educação Pré-Escolar Municipal, que beneficiou 623.912 crianças, atendendo a 3.044 prefeituras e a 261 entidades privadas.

Na execução de ações convergentes para o ensino fundamental, foram aplicados recursos para as unidades da Federação, propiciando a criação de 1,3 milhão de novas vagas. Os recursos destinados ao Programa Municipal de Educação permitiram a construção de 14.443 salas de aula e a reforma de 7.315 unidades escolares, entre outras ações. Esse Programa foi instituído pelo Decreto nº 88.374/83, que determina a destinação de 25% da cota federal do Salário-Educação para financiamento de programas municipais de desenvolvimento do ensino fundamental.

O compromisso de oferecer educação a jovens e adultos constituiu o grande desafio, atingindo-se 1 milhão de pessoas que não tiveram a oportunidade, em tempo próprio, de acesso à escola regular de 1º grau.

Nesse exercício, é importante destacar a ênfase conferida aos programas decorrentes de acordos internacionais, executados nas áreas urbanas e rurais de municípios localizados nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

O esforço de tais programas, em sua totalidade, levou à construção de 113 unidades escolares, 350 sedes de órgãos municipais de educação e 7.380 salas de aula, às quais se somaram as já citadas 14.443 salas, na rede municipal de ensino.

Cabe registrar o desenvolvimento de estudos de pré-investimento no Programa de Educação Básica para a Região Nordeste, que foi criado pelo Decreto nº 91.178/85, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social do Nordeste, cujas políticas deverão ser implementadas no horizonte de 15 anos, com base em planos quinquenais de ação, elaborados pelas secretarias estaduais de Educação.

Merecem destaque as articulações promovidas pelo Ministério com o Conselho de Secretários de Educação - Consed - e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime. Nesse processo interativo, ganharam vulto as iniciativas de valorização do magistério, que culminaram com o desenvolvimento de projetos de estatuto do magistério, que estruturam e regulamentam a carreira do magistério municipal, em 2.620 municípios brasileiros.

## 2.2. ENSINO MÉDIO

Foi dada ênfase ao desenvolvimento do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico - Protec - alcançando-se, como resultado, a criação de 66,3 mil novas vagas, decorrentes de recuperação e ampliação de unidades escolares já existentes.

Em função de acordo internacional, foram executadas obras e feita aquisição de equipamentos para 20 escolas técnicas industriais e 33 escolas agrotécnicas da rede federal, 15 escolas técnicas industriais e 20 escolas agrícolas da rede estadual, perfazendo um total de 88 instituições apoiadas.

### 2.3. ENSINO SUPERIOR

O novo posicionamento, assumido pelo Ministério no tocante à superação dos entraves decorrentes da corrosão dos orçamentos consignados às instituições de ensino superior, determinou a reformulação do Programa Nova Universidade, de apoio ao desenvolvimento do ensino superior, com o estímulo a projetos institucionais. Os recursos aplicados viabilizaram o atendimento a 345.860 alunos de graduação e 19 mil alunos de pós-graduação.

Destaca-se, também, a implantação do I Plano Nacional de Apoio ao Desenvolvimento dos Hospitais Universitários, voltado à recuperação da capacidade instalada de 32 hospitais. Em relação aos exercícios anteriores, verifica-se maior participação do ensino superior nos gastos efetuados pelo Ministério.

Finalmente, o esforço ministerial, nessa área, conduziu à isonomia entre autarquias e fundações universitárias.

No campo da pós-graduação, deu-se continuidade às ações previstas no III Plano Nacional de Pós-Graduação.

O apoio financeiro direto beneficiou 673 cursos de mestrado e doutorado.

Registrou-se, ainda, a concessão de 10.800 bolsas de estudo no País, para cursos de mestrado e de doutorado, além de 1.100 bolsas de estudo no exterior.

### 2.4. ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

A universalização da merenda escolar foi cumprida nesse exercício, mediante o atendimento a 25 milhões de escolares e a sete milhões de **irmãozinhos**.

Com relação ao Programa do Livro Didático, deu-se também atendimento à totalidade dos alunos, significando a distribuição de cerca de 55 milhões de livros.

Já o Programa Nacional de Material Escolar atendeu, prioritariamente, a 1.387 municípios da Região Nordeste, tendo beneficiado 7,3 milhões de alunos.

O Programa de Bolsas de Estudo, que visa assegurar o acesso da demanda efetiva ao ensino fundamental, beneficiou 471.565 alunos.

### 2.5. ELEMENTOS DE DESTAQUE

Finalmente, nesse exercício, destacam-se as seguintes iniciativas:

- criação do Comitê Assessor de Informática e Educação, visando a apoiar as ações de utilização do computador no processo de ensino-aprendizagem;

- instituição da Comissão Técnica de Saúde do Escolar, com o objetivo de propor uma política para essa área;
- instituição de grupo de trabalho interministerial para integrar as ações de reabilitação na educação especial; e
- instituição de comissões de Avaliação da Política de Pesquisa Educacional e de Avaliação da Política de Divulgação e Informação Educacional.

## **IV. ANO: 1988**

### **1. LINHAS PRIORITÁRIAS NACIONAIS**

A EDUCAÇÃO NO PROCESSO CONSTITUINTE:

ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Ministério da Educação associou-se à dinâmica de participação da sociedade brasileira nas discussões, nos seminários, nas conferências e nos grupos de estudos, visando a oferecer sua contribuição ao processo de elaboração da nova Carta Constitucional.

Ao mesmo tempo, desenvolveu um conjunto de programas e ações, que reafirmaram as diretrizes expressas no I PND/NR.

### **2. AÇÕES E RESULTADOS**

#### **2.1. ENSINO FUNDAMENTAL**

Para o desenvolvimento da educação pré-escolar, foram transferidos aos municípios recursos que demonstraram o maior incremento, até então, conferido a essa área.

Em apoio aos sistemas estaduais e à rede municipal de ensino, o Governo Federal ensejou a criação de 963.991 vagas novas e a construção de 20.698 salas de aula.

As ações voltadas para educação de jovens e adultos, visando à progressiva erradicação do analfabetismo, nesse contingente da população brasileira, receberam a maior destinação de recursos nesse período de governo, para atendimento a um milhão de alunos.

É relevante acrescentar a instituição da comissão paritária dos três níveis de governo, destinada a propor as diretrizes da política nacional para educação de jovens e adultos no País.

## 2.2. ENSINO MÉDIO

Graças à manutenção do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, teve início a construção de 21 escolas técnicas, 23 escolas agrícolas de 1<sup>o</sup> grau e reformadas 18 escolas técnicas.

Além dessas ações, foram transferidos recursos para revitalização dos cursos de formação de professores para esse grau de ensino e para o fundamental.

## 2.3 ENSINO SUPERIOR

Com recursos alocados, praticamente, em manutenção e pessoal, as ações de fomento limitaram-se, pois, ao desenvolvimento de estudos e pesquisas de avaliação da universidade; ao apoio às instituições universitárias não-federais e à recuperação dos **campi** e hospitais universitários da rede federal.

É digno de nota o trabalho desenvolvido pelo Ministério, no sentido de, na fixação de normas para o Concurso Vestibular, tornar eliminatória a prova de Redação.

Na área da pós-graduação, possibilitou-se a concessão de 8.675 bolsas de mestrado, 4.711 de doutorado e 3.016 de especialização, representando um considerável reforço do Ministério às atividades que visam ao desenvolvimento científico e tecnológico.

No campo específico da pesquisa em educação, o Ministério assumiu novo posicionamento, no tocante à participação mais atuante da comunidade científica, tanto no processo de definição de uma política de pesquisa e editoração, quanto nas discussões sobre os novos rumos das estruturas educacionais brasileiras, do sistema político e das relações sociais internas, com o advento da nova Constituição.

## 2.4. ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

O Governo Federal assegurou a continuidade à meta de universalização da merenda escolar.

Devido à política de contenção de gastos, a distribuição de livros didáticos não obteve incremento, situando-se em patamares inferiores ao exercício anterior. O mesmo pode-se afirmar em relação às ações de saúde escolar.

No caso do material escolar, verificou-se maior reforço em relação ao exercício anterior, o que possibilitou o atendimento a 11.103.075 alunos em 11.575 escolas, beneficiando 2.014 municípios brasileiros.

Cabe destacar, ainda, nesse exercício, o significativo reforço do Governo Federal à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, propiciando o atendimento a 3.250 alunos.

## 2.5. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Deu-se ênfase à expansão e interiorização da oferta de serviços educativos a portadores de necessidades especiais, visando a alcançar as populações periféricas e rurais. Nesse sentido, foram apurados 109 órgãos públicos e 929 entidades particulares, cujos benefícios atingiram 231.742 alunos.

## 2.6. EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

Foram retomadas as recomendações decorrentes dos estudos da Comissão para Reformulação do Desporto, no sentido de expandir a educação física e o esporte na escola e nas comunidades.

Vale destacar que foram enfatizadas a educação física e o desporto, em razão de seu importante papel na formação integral do aluno.

Esta área foi recolocada como uma das formas de exercício do direito do cidadão às manifestações de esporte-educação, suporte-participação e esporte-performance.

# V ANO: 1989

## 1. LINHAS PRIORITÁRIAS NACIONAIS

A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA EDUCACIONAL:

ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ESCOLAR

MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO

FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

PROMOÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO PAÍS

As diretrizes da política educacional, estabelecidas neste exercício, bem como as ações que as vêm implementando, fundamentaram-se na premissa básica do atendimento aos dispositivos da nova Constituição.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação iniciou ciclo de estudos e debates que culminou com o encaminhamento ao Congresso Nacional, em setembro de 1989, de anteprojeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - e de anteprojeto da nova Lei de Bases e Diretrizes do Desporto Nacional, iniciativa pioneira na área educacional.

O Ministério, aberto ao diálogo com estados e municípios, com o Poder Legislativo, com a comunidade acadêmica e a sociedade civil, investiu em intenso programa de seminários, fóruns e discussões, obtendo como resultado um anteprojeto que corresponde ao chamamento do texto constitucional, ao conceber a educação para a ação e participação.

A LDB, proposta pelo MEC, assume a idéia de que a educação brasileira precisa organizar-se, de forma a promover a incorporação de contingentes cada vez maiores da população a um novo quadro político, econômico e cultural, num contexto de fortalecimento da Federação, sobretudo através da recuperação do papel e das funções dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, reduzindo-se a tutela da União.

Pela primeira vez na história constitucional do País, a educação é estendida às crianças, desde o nascimento, e aos jovens que, na idade própria, não tenham tido acesso ao ensino fundamental. O anteprojeto avança além disso, alcançando os indivíduos que já tenham ingressado na chamada terceira idade, para os quais se abrem as portas das instituições de ensino médio e superior e canalizam-se programas de educação continuada na escola ou à distância. No outro extremo, é proposta a criação do **Salário-Creche**, como fonte adicional de financiamento à educação pré-escolar.

Ao mesmo tempo, o anteprojeto dispõe que o atual Conselho Federal de Educação seja transformado em **Conselho Nacional da Educação**, por entendê-lo dentro de um quadro bem mais amplo, que extrapola o campo restrito das atividades de ensino.

Tendo em vista as novas funções do Conselho Nacional da Educação, renova-se também a sua composição, trazendo para este colegiado representação de todos os sistemas de ensino e de associações científicas e docentes, além de ser estabelecida maior rotatividade no mandato dos conselheiros.

Algumas inovações constantes do anteprojeto ainda merecem destaque, entre as quais o aumento do número de dias letivos, dos atuais 180 para 200 dias de efetivo trabalho escolar, nos três níveis de ensino.

No ensino superior, o anteprojeto do MEC inova em muitos pontos, cabendo ressaltar o novo conceito de universidade.

Paralelamente ao momento de discussão da nova LDB, o Ministério instituiu uma Comissão de Alto Nível, destinada a apresentar subsídios à elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE -, a partir da realização de um diagnóstico e conseqüente avaliação do ensino público e privado, em todos os graus e modalidades.

A participação da sociedade na discussão dos problemas educacionais vem sendo exercitada no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão pela adoção de uma metodologia que prevê a realização de reuniões localizadas em cada uma das macrorregiões brasileiras, ampliando a possibilidade de percepção dos desafios na sua dimensão local.

Em outubro de 1989, efetivou-se a Reunião Regional Sul com a contribuição dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, da qual resultou o documento Subsídios para a Definição da Política Nacional da Educação e para o Plano Nacional da Educação.

É preciso observar que o Ministério ao instituir a Comissão de Assessoramento de Alto Nível o fez com um objetivo imediato e com um de grande alcance, qual seja, estabelecer o processo de avaliação como uma forma permanente de comportamento institucional, isto é, como instrumento de melhoria da qualidade das operações executadas para o atingimento dos objetivos maiores da educação.

Além desse processo que poderia ser designado como de macro-avaliação, é justo registrar as ações que se desenvolvem em direção à avaliação da qualidade do ensino oferecido pelos sistemas, iniciado pela intervenção de um convênio do MEC com a Fundação Carlos Chagas, envolvendo, ainda, as secretarias de Educação das unidades da Federação.

Os resultados desse estudo avaliativo possibilitarão o estabelecimento de uma corajosa política nacional de educação, no contexto da política global, criando a necessária vinculação entre as diretrizes programáticas setoriais, suas metas e prioridades, o orçamento e o próprio Plano Plurianual, definido constitucionalmente.

Desde o início do Governo Sarney, foi constante a determinação do Ministério em reduzir os índices de analfabetismo no País, sendo reforçadas as ações, no exercício de 1986, mediante a criação da Fundação Educar, cujo esforço já permitiu reduzir os graves percentuais observados no início da década, particularmente, na região nordestina.

Reafirmada constitucionalmente, a universalização do atendimento escolar, prioridade deste Governo, foi estendida à educação inicial - pré-escola estabelecida como obrigatória pela nova Carta.

Na verdade, o ensino fundamental tende praticamente à universalização, se considerarmos que a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos atingiu 84,5% e que, nesse esforço, cabe à rede pública a responsabilidade por 87,9% das matrículas de 1º grau.

Este nível de ensino mantém-se como prioridade nacional e a ele deverá ter acesso a população brasileira, sobretudo, na faixa de 7 a 14 anos, garantida sua permanência no sistema, em padrões crescentes de qualidade e eficiência.

A progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio, como preceito constitucional, acrescentou uma significativa responsabilidade aos poderes públicos, ao lado da erradicação do analfabetismo e da universalização do atendimento ao ensino fundamental. A esse desafio, o setor público respondeu com a expansão da oferta de vagas, cobrindo 66,7% das matrículas neste nível de ensino, revertendo a tendência privatista que se configurava no País, em relação ao ensino de 2º grau.

Ao mesmo tempo, por exercer papel intermediário entre o ensino fundamental e o ensino superior, o ensino médio vem requerendo um conjunto de ações firmes e objetivas, direcionadas para a qualidade de conhecimentos e habilidades necessários à vida profissional, social, política e cultural do aluno.

Trata-se, pois, de repensar o ensino médio no Brasil, a fim de que este possibilite aos jovens e adultos a compreensão dos processos de organização da sociedade, bem como o conhecimento teórico e prático da base científica e tecnológica dos processos produtivos modernos.

Esses movimentos em direção à modernização do ensino médio vêm ao encontro dos dispositivos constitucionais, que enfatizam a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica.

Nessa perspectiva, o Ministério concentrou esforços nas escolas técnicas industriais e agrotécnicas federais, para torná-las pólos irradiadores de inovações tecnológicas, caracterizados pela constante busca do saber, pela alta qualidade do ensino oferecido, seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista científico e humanístico, pela interação constante com o sistema produtivo; pelo desenvolvimento de ações interdisciplinares e pelo interesse de elevar a compreensão da comunidade sobre os benefícios advindos do progresso da ciência e da tecnologia, o que assinala a prioridade à **Formação para o Trabalho**, dada pelo MEC.

Conseguir-se, ainda, apesar da escassez de recursos, o seguinte quadro, com referência à implantação de escolas agrícolas no nível do ensino fundamental:

- conclusão da 1ª etapa de obras em 23 escolas;
- continuidade da 1ª etapa em 49 escolas;
- aquisição de equipamentos para 23 escolas.

Com referência à implantação de escolas técnicas de ensino médio, pode-se registrar:

- implantação de cinco escolas industriais e continuidade das ações de implantação de cinco escolas agrotécnicas;
- início da implantação de 20 escolas industriais;
- licitação para oito escolas industriais e agrotécnicas;
- apoio a três instituições de ensino técnico para obras e equipamentos.

Registra-se ainda a implantação do Proenco - Programa de Empreendimentos Conjuntos para a Expansão da Educação Tecnológica - que nasceu a partir de três constatações básicas:

- necessidade de se favorecer o desenvolvimento educacional brasileiro;
- urgência de se conceber estratégias consistentes e viáveis que fortaleçam o setor educacional e superem os fatores de inércia que obstaculizam a expansão da educação tecnológica;
- importância de se promover a complementação das iniciativas e ações do Governo por outros planos de trabalho praticados com a participação direta das forças produtivas da sociedade, visando à preparação de recursos humanos de nível médio e pós-médio.

Esse programa, instituído pela Portaria Ministerial nº 453, de 9 de agosto de 1989, estabelece estratégias de empreendimentos conjuntos com o setor produtivo, à luz dos princípios da descentralização, interiorização, diversificação e integração.

A atuação do MEC consiste em cooperação técnica e financeira às instituições interessadas em participar da iniciativa.

As ações do Ministério, na área do ensino superior, foram norteadas pelos dispositivos da nova Constituição, que conferem prioridade à promoção humanística, científica e tecnológica do País. Nesse sentido, buscou-se estimular a melhoria da qualidade do ensino, regional e local, visando à expansão da fronteira de conhecimentos científicos e tecnológicos. O apoio financeiro ao ensino superior federal se atrelou à política de manutenção da capacidade instalada e ao fortalecimento da infra-estrutura vinculada às vocações institucionais.

A presente conjuntura da educação superior no Brasil é marcada por uma série de problemas, cujas raízes se localizam na década de 60, quando as instituições de ensino, e particularmente as universidades, foram alvo de questionamentos relacionados com as suas finalidades essenciais, com as suas funções na moderna sociedade industrial e com o seu papel no processo de desenvolvimento. Esse quadro de insatisfação no seio da comunidade acadêmica não se resolveu satisfatoriamente de então para cá, não obstante as medidas expansionistas dos anos 70 e as alterações introduzidas no Concurso Vestibular, que, à primeira vista, pareciam atender à aspiração das massas, de ascensão social pela via do diploma de curso superior, mas que, com o tempo, se revelaram inadequadas, à medida que comprometeram a qualidade do ensino e da pesquisa e geraram frustrações naqueles que, embora habilitados legalmente, não satisfaziam requisitos profissionais mínimos e eram, por isso, postos à margem, ou em posições inferiores, no mercado de trabalho.

Em nossos dias, o agravamento dos problemas é, em parte, uma decorrência das naturais dificuldades da transição democrática do País, em seus aspectos sociais, políticos, institucionais e econômicos, que incluem uma séria restrição orçamentária, como parte da política governamental.

Nem por isso, entretanto, tem deixado de verificar-se mudanças importantes no quadro, em grande parte devidas à abertura do discurso sobre a própria crise, que permite às instâncias da administração pública, entre as quais o MEC, trabalhar sobre contribuições dos diferentes segmentos sociais interessados.

Nessa linha de mudanças, o Ministério vem estimulando, ainda, projetos institucionais e acadêmicos, de auto-avaliação e de introdução de novos procedimentos gerenciais. Também vem apoiando a introdução da informática na educação, consubstanciado através do lançamento, em outubro de 1989, do Programa Nacional de Informática Educativa - Proninfe -, além de fomentar um amplo programa de estudos e pesquisas, de melhoria da base de dados educacionais e de experimentos inovadores no campo educacional. Entre esses, merece destaque o projeto da ação comunitária desenvolvido pela Funtevê, que, no exercício de 1989, acaba de reintegrar-se à estrutura do MEC, e que consiste em dotar municípios e localidades de estações retransmissoras, sem fins comerciais, objetivando levar a todo o território nacional programas educativos e culturais.

Cabe, lembrar ainda, o significativo processo de negociação orçamentária, no qual se empenhou o Ministério da Educação, logrando manter seu orçamento original de custeio, de 1989, sem os cortes previstos pela área econômica, que reconheceu, dessa forma, a importância da educação no contexto da política social do Governo e que permitiu integralizar o repasse de recursos aos sistemas estaduais e municipais nos níveis dos exercícios anteriores.

## 2. AÇÕES E RESULTADOS

### 2.1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Duas grandes linhas de estudos foram realizadas com o objetivo de melhorar o atendimento à demanda de educação pré-escolar: as referentes aos aspectos legais e aos aspectos práticos.

Quanto às primeiras, foram considerados os delineamentos gerais da Constituição, no tocante à descentralização administrativa; às atribuições das esferas federal, estadual e municipal e à aplicação de percentuais mínimos de recursos nessa área.

Sugestões decorrentes desses estudos integraram-se à proposta de anteprojeto da LDB, elaborado pelo MEC, no qual se destaca a adoção do Salário-Creche como fonte alternativa de recursos financeiros para a pré-escola.

Ante a necessidade imperiosa de se expandir a oferta, com qualidade, de pré-escolas e creches, estão sendo desenvolvidos estudos e debates sobre a formação profissional, a adequação da proposta pedagógica às características, necessidades e à cultura das crianças, com a finalidade de subsidiar a consolidação da educação pré-escolar no País.

Nessa perspectiva, o Ministério promoveu, com a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar, a realização da **Estilos de Oferta de Educação Pré-Escolar**, objetivando a definição de um perfil de atendimento.

Em relação aos aspectos práticos, foram identificadas experiências que alcançaram êxito no atendimento educacional a essa área.

Na linha de recursos humanos, registra-se o apoio financeiro à realização de treinamento para 1.200 professores na Região Nordeste e o projeto de capacitação, a ser desenvolvido por multimeios e ensino à distância, abrangendo 50 mil professores em 1989.

### 2.2. ENSINO FUNDAMENTAL

A atuação do Ministério vem se direcionando para três vertentes: a expansão da matrícula, com vistas a garantir o acesso a esse nível de ensino da clientela potencial, com prioridade e universalização imediata para as quatro primeiras séries, a

permanência dessa clientela na escola e a melhoria qualitativa do processo ensino-aprendizagem.

Neste sentido, a ênfase tem sido dada ao apoio técnico e financeiro às secretarias estaduais e municipais de Educação, sobretudo, das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Outras ações decorrentes da nova ordem constitucional estão sendo compreendidas, tais como: a introdução da **Educação Ambiental** na programação educativa do ensino fundamental; a participação em programas interministeriais, voltados para o desenvolvimento integrado das áreas de fronteira ocidental; reativação do ensino supletivo e adoção da educação à distância como metodologia alternativa para a extensão e a qualificação do ensino.

Há que se considerar o esforço e a orientação do MEC nos convênios firmados com estados e municípios para a expansão e recuperação da rede física, com recursos orçamentários do Salário-Educação - Cota Federal e os obtidos por meio de acordos internacionais, como é o caso do Monhagara - MEC/BIRD, buscando atenuar os desequilíbrios regionais, em cumprimento da sua função redistributiva.

Para o incremento de programas de educação para jovens e adultos, visando reduzir as taxas de analfabetismo, os recursos programados permitiram a duplicação do atendimento de um milhão de alunos, no exercício anterior, passando-se a 2.116.526, em 1989.

### 2.3. ENSINO MÉDIO

O ensino médio caracteriza-se, hoje, como de educação geral, com opção para a formação profissional, oferecida em duas modalidades de cursos:

- os cursos normais, destinados à preparação de professores para a educação pré-escolar e para as quatro séries iniciais do ensino fundamental (Se nos grandes centros urbanos os profissionais já se preparam em instituições de ensino superior, é nesses cursos normais de nível médio, de razoável penetração pelo interior do Brasil, que se realiza a formação profissional de grande parte dos docentes que militam no ensino fundamental.);
- cursos técnicos, destinados à formação de técnicos de nível médio, para se incorporarem aos processos produtivos e à prestação de serviços à população e para atuarem como força auxiliar às equipes de pesquisa de desenvolvimento tecnológico.

Os cursos técnicos vêm sendo oferecidos pelas escolas técnicas e industriais e agrotécnicas federais, pelos centros federais de educação tecnológica e pela rede de escolas técnicas estaduais, municipais e particulares, dos quais compõem o sis-

tema federal de ensino, 20 escolas técnicas industriais, 37 escolas agrotécnicas e 4 centros de educação tecnológica, que oferecem inúmeras habilitações nas áreas primárias, secundárias e terciárias da economia.

É de alto interesse da política educacional dotar o ensino médio profissionalizante de condições capazes de torná-lo adequado ao dinamismo do sistema produtivo que, por incorporar os constantes avanços tecnológicos, demanda técnicos bem qualificados para funções cada vez mais complexas.

Ao lado do apoio dado à expansão e melhoria do ensino técnico, com a construção e ampliação das escolas técnicas - industriais e agrotécnicas - e visando à conclusão de projetos de construção já iniciados, foram desenvolvidas ações de revisão crítica do currículo do ensino médio; de apoio aos centros de formação de professores para o magistério do ensino fundamental; de habilitação de professores leigos; de apoio a projetos de expansão e melhoria do ensino regular noturno e de melhoria do ensino de ciências.

No presente momento, estão sendo implantadas 72 escolas agrícolas de 1º grau, das quais 47 já em funcionamento; 10 escolas industriais e 4 escolas agrotécnicas de 2º grau, sendo que o restante das obras ou está em fase final ou tem sua conclusão prevista para o mês de março de 1990.

É digna de nota a instituição do Grupo Técnico de Saúde, mediante portaria ministerial, que tem a finalidade de promover a cooperação entre os Ministérios da Educação, Saúde, Previdência Social e Trabalho, no sentido de possibilitar o treinamento de pessoal nas 28 habilitações existentes no campo da Saúde, entre as quais: Técnico em Laboratório, Enfermagem, Raio X e Odontologia. Esse grupo analisará, ainda, o projeto do MEC que trata da criação de escolas técnicas federais, também na área da Saúde.

#### 2.4. ENSINO SUPERIOR

O sistema de ensino superior brasileiro constitui-se, hoje, segundo dados de 1988, de 871 instituições de ensino, das quais 83 são universidades e 788 estabelecimentos isolados, aí incluídas as federações de escolas e as faculdades integradas.

No que refere à dependência administrativa, os dados indicam 233 instituições públicas, 52 das quais são universidades, e 638 instituições privadas, apenas 31 organizadas sob a forma universitária.

O sistema federal de ensino superior constitui-se de 49 estabelecimentos de ensino, mantidos pela União, dos quais 35 são universidades.

A meta perseguida pelo Ministério, ao longo dos anos, consiste em tornar esse complexo de instituições, que inclui um Centro de Educação Tecnológica, na Bahia, e três Centros Federais de Educação Tecnológica (os chamados CEFETs), no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Paraná, a espinha dorsal do sistema de ensino superior

como um todo, caracterizando-se por um elevado padrão de desempenho, capaz de impulsionar a qualidade do trabalho desenvolvido nas demais instituições, pela via do efeito - demonstração e da transferência.

Vale lembrar que estão sendo implantados, até agora, mais 3 núcleos de educação tecnológica, quais sejam a extensão das Escolas Técnicas Federais de Campos, São Paulo e Maranhão.

Cumprir observar que o custo de manutenção das instituições federais de ensino superior cresceu bastante, o que, até certo ponto, pode ser atribuído a fatos como a ampliação e aperfeiçoamento das instalações e do equipamento de laboratórios, bibliotecas e oficinas, que, por exemplo, exigem contratação de pessoal técnico especializado; à melhoria da remuneração do trabalho científico e à implementação de sucessivos Planos Nacionais de Pós-Graduação, desde 1975.

Não obstante, a matéria vem sendo objeto de reflexão crítica, por parte do Ministério da Educação, preocupado com a racionalização e a otimização dos recursos empregados, sobretudo na hora presente, de economia da escassez. Considera-se muito alto o custo-aluno-ano, nas IFES, que se aproxima de cifra correspondente a cerca de 10.000 dólares, sem contar recursos de fontes como Capes, Finep, CNPq, Secretaria de Tecnologia Industrial, do MIC, e outros, provenientes de convênios com entidades particulares, nacionais e estrangeiras.

O que a sociedade e o País esperam é uma melhoria das taxas de retorno desse investimento, melhoria essa que passa pela questão da atualização curricular e do conhecimento transmitido.

Entre os compromissos inerentes ao ensino superior, e alguns aspectos da realidade brasileira atual, situa-se a imagem da crise, quase sempre referida como crise da universidade e que, em verdade, é decorrente da complexa crise econômico-financeira e institucional que o País atravessa há anos.

Os problemas do ensino superior brasileiro são uma decorrência, por um lado, da política de expansão discente, docente e administrativa desordenada nas duas últimas décadas, e, por outro, das dificuldades orçamentárias sofridas pelo sistema universitário como um todo, trazendo, como grande resultante, o declínio da qualidade do ensino.

Diante desse cenário de crise, o Ministério da Educação voltou sua atuação para a tentativa de superar os principais obstáculos, a fim de minimizar a gravidade da situação.

Nesse sentido, um dos focos de atenção do MEC foi a correção dos problemas de infra-estrutura que afetam os processos de administração, planejamento e tomada de decisões gerenciais. Neste particular, registra-se a liberação de recursos para 11 universidades federais para obras e instalações, como parte do Acordo MEC/BID.

A vertente de valorização do profissional de ensino superior foi privilegiada, no ano de 1989, em decorrência, inclusive, do processo de negociações entre Governo e comunidade universitária, a partir dos sucessivos movimentos docentes e de servidores. Tais movimentos culminaram, diretamente, na realização de greve geral de professores, com duração de 66 dias, entre os meses de maio e julho/89 e de funcionários técnico-administrativos, no intervalo de 83 dias, entre os meses de abril e julho do corrente ano.

O Ministério garantiu providências no sentido de atender às principais reivindicações, por intermédio do aporte dos recursos necessários com pessoal e custeio numa operação que envolveu a captação de recursos de várias fontes, dentre as quais a própria Secretaria da Educação Superior, a Secretaria-Geral do MEC e o FNDE.

Com relação aos **Recursos Humanos** das instituições de ensino superior, vale lembrar que o Sr. Presidente da República, atendendo à E.M. n<sup>o</sup> 124/89, autorizou a admissão, na forma da lei, de pessoal docente e servidores técnico-administrativos em caráter de excepcionalidade, preenchendo, assim, parte das vagas ocorridas a partir de 1987. Ao mesmo tempo, aprovou a solicitação constante da E.M. n<sup>o</sup> 125/89, no sentido de ampliar o percentual de dedicação exclusiva, sobre o salário de 40 horas, de 40 para 50%, e aumentar de 4 para 5%, de um nível para outro dentro de uma mesma classe.

Cabe destacar, também, o desenvolvimento de projetos de equipamentos dos hospitais universitários, na linha de Cooperação Técnica Internacional, mediante recursos da ordem de 10 milhões de dólares, financiados em acordo com a Holanda e, em negociação, recursos da ordem de 12 milhões de dólares, com o Japão.

Ressalta-se, ainda, que o Programa de Crédito Educativo vem beneficiando 120 mil alunos, através de recursos oriundos do Programa FAS da Caixa Econômica Federal.

Na área da pós-graduação, dirigida à formação de recursos humanos de alto nível para o ensino e a pesquisa, o Programa de Bolsas de Estudo é considerado particularmente relevante neste exercício por constituir-se em capacitação científica e tecnológica de ponta. Assim é que foram concedidas 14.860 bolsas no País e 2 mil bolsas no exterior, para mestrado e doutorado.

Na linha de desenvolvimento científico e tecnológico e de articulação com o ensino médio, cabe ressaltar a instituição do Programa de Formação Interdisciplinar para Pesquisa e Desenvolvimento - Fiped.

O Fiped foi instituído pela Portaria Ministerial n<sup>o</sup> 291, de 9 de maio de 1989, destinado a apoiar ações que contribuam para a melhoria do ensino de graduação nas IES federais. Neste sentido, propõe-se uma efetiva integração universidade/institutos de pesquisa/empresa para formação de agentes do desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de alto grau de demanda social. Sua implementação dar-se-á em algumas IES federais que já tenham posição de destaque em termos de P& D ou que apresentem potencial para isso.

O Fiped busca a integração do ensino, através de uma ação interdisciplinar, em temas abrangentes do conhecimento, objetivando atender as demandas científicas e tecnológicas do sistema de P & D. Para atendimento de seus propósitos de estreitamento no relacionamento ensino-sistema produtivo, o programa exige uma ação multidisciplinar em nível federal, estadual e municipal, congregando todo o esforço de ensino e pesquisa ao parque de produção.

O Programa foi concebido com os seguintes objetivos gerais e específicos.

**Gerais:**

- . Estimular a organização de novos programas de capacitação intra e inter-instituições, em várias modalidades de ensino e treinamento, com vistas a criar pólos de desenvolvimento;
- . Incentivar a criação de núcleos tecnológicos ou projetos de articulação interdisciplinar, com nítida percepção da contribuição dos diversos campos envolvidos no processo cooperativo;
- . Incentivar o intercâmbio de docentes, técnicos e alunos, entre universidades, centros de pesquisa e empresas, através de estágios acadêmicos e tecnológicos e de consultoria, numa ação harmoniosa de caráter multi-institucional e multidisciplinar visando ao fortalecimento dos cursos de graduação;
- . Organizar visitas e reuniões técnicas, além de eventos, e produzir publicações, vídeos e outros materiais que contribuam para a difusão dos conhecimentos; e
- . Melhor aproveitamento da capacidade instalada, pelo uso mais intensivo da infra-estrutura, equipamentos, serviços de manutenção e pessoal disponível.

Em sua fase inicial, deverá apoiar, prioritariamente, projetos das seguintes áreas:

- . Áreas estratégicas: biotecnologia, informática, química fina, novos materiais, mecânica de precisão, aeroespacial, recursos do mar e meio ambiente;
- . Modernização de tecnologias tradicionais: madeira, têxtil e confecções, couros e calçados, tecnologias de alimentos, habitação e outras; e
- . Tecnologia industrial básica: desenho industrial, engenharia de produção, informação científica e tecnológica, qualidade industrial, normalização, propriedade industrial e outras.

## 2.5. ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

O Ministério vem buscando elevar os níveis de atendimento ao alunado público de 1<sup>5</sup> grau nos programas desta área. Dessa forma, já estão programados 557,16 milhões de cruzados novos que visam a proporcionar merenda escolar a todo o alunado das escolas públicas do ensino fundamental, 27,6 milhões, o que demonstra um índice de incorporação total dos novos alunos matriculados neste ano letivo.

Com relação ao Programa do Livro Didático, foram alocados recursos para distribuição de 57,6 milhões de exemplares a 27,6 milhões de alunos, indicando uma completa cobertura do universo de alunos do ensino fundamental.

O material escolar foi distribuído a todo o alunado das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quanto ao Programa de Bolsas de Estudo, é importante ressaltar o significativo acréscimo no total concedidas em relação à previsão inicial, que passou de 33 mil para 89.357 bolsas de estudo para o ensino fundamental e de 19 mil para 26.932 bolsas de trabalho para o ensino médio.

## 2.6. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Uma das principais linhas de ação tem sido o apoio aos sistemas municipais de ensino para oferta de serviços aos portadores de necessidades especiais, na perspectiva da interiorização desta área.

Assim é que, para a educação pré-escolar especial, atendeu-se a 25 mil alunos, a 124.672 alunos do ensino fundamental.

Uma segunda linha visa a implantar e ampliar as oficinas profissionalizantes para os portadores de deficiências, que irão manter 45 núcleos profissionalizantes e 150 oficinas pedagógicas, beneficiando, assim, cerca de 5 mil alunos.

Ao lado desse esforço, o Ministério vem prestando considerável assistência financeira a 806 instituições especializadas, do setor privado, beneficiando 78 mil alunos.

## 2.7. EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO

**A Educação Física e o Desporto, tomados em sua multifacetada abrangência, deverão conter, em seus programas e linhas de ação, toda uma projeção visando ao desenvolvimento e aprimoramento das relações humanas e sociais, secundando a atuação da educação básica, e objetivando oferecer aos adolescentes e jovens oportunidades mais saudáveis de convivência humana.**

Na perseguição dessas metas, destacaram-se na ação do Ministério da Educação, na área da Educação Física e do Desporto, as seguintes realizações:

## . LEI DE BASES E DIRETRIZES DO DESPORTO

Já em tramitação no Congresso Nacional, foi enviado, pelo Ministro da Educação, o projeto elaborado pelo grupo de trabalho do CND e Seed.

Este projeto propõe um reordenamento jurídico para o esporte brasileiro, a partir de um novo referencial de princípios, conceitos e redefinição de papéis dos segmentos esportivos, como consequência da constitucionalização do esporte, no art. 217 da Constituição de 1988.

## . LEI DE BENEFÍCIOS FISCAIS PARA O ESPORTE

A Lei n<sup>o</sup> 7.752/1989, de autoria do Deputado Mendes Thame, a exemplo da Lei Sarney da Cultura, propiciou benefícios fiscais para a área do esporte.

O Ministério da Educação e o Ministério da Fazenda, em grupo de trabalho conjunto, elaboraram a regulamentação desta importante lei originando o Decreto n<sup>o</sup> 98.595 de 18/12/89. Nesta lei e respectivo decreto regulamentador, ficaram redefinidos os papéis do Estado e da iniciativa privada em relação ao esporte no País.

## . JEBs - REFORMULAÇÃO DE FILOSOFIA

Os Jogos Escolares Brasileiros sempre foram desenvolvidos como mais um palco de reprodução do esporte de alto nível, inclusive, com seus vícios e disfunções, e sem compromisso com a educação.

Neste ano de 1989, inverteu-se esta perspectiva, e referenciando-se nos princípios da participação, co-educação, cooperação, co-responsabilidade e integração, foi possível conduzi-los no sentido educativo. Nestes jogos de ruptura de filosofia, foi emitida a Carta Brasileira de Esporte na Escola, na tentativa de consolidar as mudanças efetuadas.

## 2.8. ELEMENTOS DE DESTAQUE

No campo específico da pesquisa, da editoração e de inovações educacionais, cabe registrar, dentre outras iniciativas do Ministério, as ações desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep -, de fomento a cerca de 120 projetos, dos quais se destacam Avaliação do Ensino de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Grau no País, envolvendo instituições e especialistas consagrados no cenário educacional brasileiro; e a adição do **Em Aberto** e do **Jornal do Professor de 1<sup>o</sup> Grau**, que tem por objetivo levar aos docentes informações que permitam o enriquecimento de sua prática de trabalho.

Ainda neste particular, ressalta-se o desenvolvimento de dois projetos de inovação, quais sejam a instalação do Pedagogium, que representa um esforço para o acervo documental da educação brasileira e a implementação da **Escola do Futuro**, ambiente para concentração de novos experimentos e estudos prospectivos.

No âmbito do Conselho Federal de Educação, cabe registrar o assessoramento em assuntos relativos à reformulação do ensino superior no País, bem como os estudos desenvolvidos sobre metodologias alternativas e processos de avaliação do ensino nas unidades de 3º grau.

Os altos índices de crescimento econômico verificados principalmente na década de 70; impuseram demandas que o setor público de ensino superior, constituído por um reduzido número de instituições (majoritariamente universidades federais), não estava em condições de atender. Em decorrência de tal fato, optou-se pela adoção de políticas caracterizadas por grande flexibilidade e grande abertura à permissão para criação de novos cursos e instituições, o que resultou no fenômeno do retraimento das ofertas de vagas nas universidades públicas e uma ampla, desordenada e acelerada proliferação de estabelecimentos de ensino superior isolados e particulares.

Assim, o MEC, ciente da necessidade de disciplinar essa expansão, passou a tomar medidas restritivas ao crescimento quantitativo do sistema, tendo, no início da década de 80, sustado a criação de novos cursos no País.

A formalização da sustação em todo o Território Nacional, deu-se através do Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986, com vigência prorrogada pelos Decretos nºs 95.003 e 97.223, de 5/10/87 e 15/12/88 respectivamente, levando-se em consideração, sem dúvida, a necessidade de promover o ordenamento da expansão do ensino superior em direção à sua melhor qualificação.

Na atual gestão, visando ao atendimento de disposto do novo texto constitucional, o MEC, com o respaldo das associações profissionais das áreas mais atingidas pela concentração da demanda e em articulação com os demais Ministérios envolvidos com o problema, encaminhou, em novembro próximo passado, para aprovação do Presidente da República, propostas dispostas sobre as condições e exigências para a criação de novos cursos de ensino superior nas áreas jurídica, da Saúde e de Ciências Exatas e Tecnologia, que se consubstanciaram nos seguintes decretos:

- Decreto nº 98.377, de 8 de novembro de 1989, que: “Dispõe sobre a criação de novos cursos de ensino superior na área da Saúde”;
- Decreto nº 98.391, de 13 de novembro de 1989, que: “Dispõe sobre a criação ou reconhecimento de novos cursos jurídicos em nível de graduação”;
- Decreto nº 98.404, de 16 de novembro de 1989, que: “Dispõe sobre a criação de novos cursos na área de Ciências Exatas e Tecnologia”.

Legislação complementar foi baixada pelo Conselho Federal de Educação através da Resolução nº 5, de 28 de novembro de 1989, fixando normas de autorização para funcionamento de cursos superiores de graduação, autorização de cursos com funcionamento no art. 104, da Lei nº 4.024/61, e aumento de vagas em cursos já existentes.

Esses critérios apontam para a preocupação de resguardar o padrão de qualidade do ensino nos novos cursos que virão a ser criados.

Cabe notar, ainda, que em 1989 apenas duas universidades federais foram instituídas: a Universidade Federal de Roraima e a Universidade Federal do Amapá, ambas constituindo-se em resposta a exigências resultantes da transformação dos territórios em estados da Federação.

#### . REDIRECIONAMENTO DO FNDE

O Salário-Educação, instituído pela Lei nº 4.440 de 27 de outubro de 1964, tem fim especificado na própria legislação que o criou e visa ao atendimento, pelos estados e pela União, às necessidades e à demanda do ensino básico. Para geri-lo, foi criado no MEC o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, cujo orçamento global contemplava, até 1989, outros graus de ensino e atividades estranhas ao ensino básico, através da fonte 70.

Na proposta orçamentária para 1990, procurou-se corrigir esta distorção, vinculando-se todos os recursos do FNDE ao ensino básico, como prevê a lei.

#### . INFORMATIZAÇÃO

Com a finalidade de agilizar os serviços e modernizar a estrutura do Ministério, a saída foi a informatização. A carga da Secretaria de Informática, algumas metas já foram e outras estão sendo atendidas:

##### a - Alteração da estrutura organizacional interna

Acréscimo da função Centro de Informações e Central Seinf de Atendimento, para treinar e apoiar os usuários finais em suas atividades de informática, com o objetivo de otimizar a execução de serviços.

Acréscimo da função Administração de Dados, com o propósito de integrar as bases de dados do Ministério.

Redução do quadro da Secretaria de 307 para 220 funcionários.

Início de um programa interno de capacitação, que resultou na execução de nove cursos.

##### b - Equipamentos

Aumento da capacidade instalada em 400% nos equipamentos de grande porte e em 300% para os microcomputadores de 16 **bits**.

Contratação e implantação de aparelhos de fac-símile.

Atualização dos níveis dos sistemas operacionais e bancos de dados, para permitir a instalação de linguagem de 4- geração e linguagem de consulta para o usuário final.

Contratação de sistemas operacionais, bancos de dados, planilhas eletrônicas, processadores e editores de texto, processadores gráficos e utilitários, com o objetivo de atualizar os existentes e coibir a pirataria.

Aumento da eficiência e do alcance dos aplicativos já existentes no computador de grande porte. Com isso, foi possível atender a muitas solicitações e desativar sistemas duplicados em mini e microcomputadores.

Início da implantação de uma rede de teleprocessamento, RedeMEC, que deverá interligar as universidades federais, as delegacias regionais, escolas técnicas e outras instituições de interesse.

Outro fato de importância foi a transferência do Sistema de Manutenção do Ensino, utilizado pelo FNDE, do Serpro para a Seinf. Esse sistema controla a arrecadação e o pagamento de bolsas de estudos, sendo vital para a saúde financeira do FNDE.

**É indispensável a criação de um clima institucional favorável ao surgimento de inovações capazes de anular os efeitos da burocracia perversa e de impulsionar soluções para os grandes desafios da educação brasileira.**

É reconhecida a dificuldade da administração pública em empreender e assimilar a necessidade de adoção de inovações, sejam de ordem pedagógica, operacional ou tecnológica.

A introdução das inovações depende de uma vigorosa vontade política e sua implantação obedecerá sempre a um planejamento objetivo que inclua a avaliação permanente de cada etapa de seu processamento e a análise de custo/benefício.

A administração do Ministro Carlos SanfAnna permitiu a implantação ou implementação de alguns programas que bem caracterizam o esforço, a inovação no campo educacional.

## **VI. ANO: 1990**

### **AÇÕES PROJETADAS**

O Ministério da Educação pretende, até o 1º trimestre de 1990, consolidar programas em andamento, cujas ações são consideradas indispensáveis ao efetivo cumprimento das metas estabelecidas para o período 85/90, entre as quais efetivar mudanças demandadas pela nova ordem constitucional.

Nessa perspectiva, destacam-se projetos/ações a seguir discriminadas:

#### **1. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**

O Professor da Pré-Escola - veiculação de programa de treinamento, via TV, para 50 mil professores, em circuito aberto e fechado.

#### **2. ENSINO FUNDAMENTAL**

- . "Os Conteúdos Mínimos do Ensino Fundamental" - Art. 210 da Constituição - Conclusão de estudo conjunto MEC/secretarias estaduais/secretarias municipais.
- . Alfabetização - Projeto de apoio aos estados e municípios para erradicação do analfabetismo.
- . Educação Escolar Indígena - Estudos e Divulgação de Alternativas Pedagógicas.
- . Ensino Supletivo: Questão Pedagógica - Estudo, análise e divulgação de metodologias próprias para educação de jovens e adultos, tendo em vista o preceito constitucional de erradicação do analfabetismo nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição.
- . Educação nas Áreas de Fronteira - Ações de expansão, melhoria e inovação, em trabalho conjunto com as secretarias estaduais e municipais de Educação.

- . Programa de Educação Ambiental - apoio financeiro a projetos de estados e municípios, prioritariamente na Amazônia Legal.

### 3. ENSINO MÉDIO

O Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico - evolução e consolidação: obras concluídas e em conclusão - instalação e equipamento, conforme demonstrativo a seguir.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 SECRETARIA DE ENSINO DE 2º GRAU  
 PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO  
 ESCOLAS AGRÍCOLAS DE 1º GRAU

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF	MANTENEDORA	SITUAÇÃO ATUAL
01	Escola Agrícola de Novo Aripuanã	AM	Prefeitura	- 1ª etapa em execução
02	Escola Agrícola de Humaitá	AM	Prefeitura	- Funcionando. Iniciando 2ª etapa
03	Escola Agrícola de Sumé	PB	Prefeitura	- Início 1ª etapa
04	Escola Agrícola de Pinheiro	MA	Prefeitura	- 1ª etapa paralisada
05	Escola Agrícola de Grajaú	MA	Prefeitura	- 1ª etapa em execução
06	Escola Agrícola de Tutóia	MA	Prefeitura	- Funcionando. Aguardando 2ª etapa
07	Escola Agrícola de Turiaçu	MA	Prefeitura	- 1ª etapa
08	Escola Agrícola de Alcântara	MA	Prefeitura	- 1ª etapa em conclusão
09	Escola Agrícola de Coroatá	MA	Prefeitura	- 1ª etapa
10	Escola Agrícola de Oeiras	PI	Prefeitura	- Funcionando. Iniciando 2ª etapa
11	Escola Agrícola de Cocal	PI	Prefeitura	- Funcionando. Necessita 2ª etapa
12	Escola Agrícola de Bom Jesus	PI	Prefeitura	- Funcionando. Necessita 2ª etapa
13	Escola Agrícola de Quixeramobim	CE	Prefeitura	- Funcionando. Iniciando 2ª etapa
14	Escola Agrícola de Sobral	CE	Prefeitura	- 1ª etapa em conclusão
15	Escola Agrícola de Tauá	CE	CNEC	- Funcionando. Iniciando 2ª etapa
16	Escola Agrícola Princesa Isabel	PB	Prefeitura	- Início 1ª etapa
17	Escola Agrícola de Cuité	PB	Prefeitura	- 1ª etapa em conclusão
18	Escola Agrícola de Picuí	PB	CNEC	- Funcionando. Iniciando 2ª etapa
19	Escola Agrícola de Belém do S. Francisco	PE	Prefeitura	- 1ª etapa em execução
20	Escola Agrícola do Salgueiro	PE	Prefeitura	- 1ª etapa em execução
21	Escola Agrícola de Araripina	PE	Prefeitura	- 1ª etapa em execução
22	Escola Agrícola de Petrolândia	PE	Prefeitura	- 1ª etapa em execução
23	Escola Agrícola de Estância	SE	Prefeitura	- 1ª etapa em execução
24	Escola Agrícola de Poço Verde	SE	Prefeitura	- Funcionando. Aguardando 2ª etapa
25	Escola Agrícola de Entre Rios	BA	Prefeitura	- Funcionando. Iniciando 2ª etapa

(Continua)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE ENSINO DE 2º GRAU  
PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO  
ESCOLAS AGRÍCOLAS DE 1º GRAU

(Continuação)

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF	MANTENEDORA	SITUAÇÃO ATUAL
26	Escola Agrícola de Conceição do Coité	BA	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
27	Escola Agrícola de Junqueiro	AL	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
28	Escola Agrícola de Santana do Ipanema	AL	Prefeitura	— Aguardando recursos
29	Escola Agrícola de Alto Garças	MT	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
30	Escola Agrícola do Barão de Melgaço	MT	Prefeitura	— Paralisada
31	Escola Agrícola de Várzea Grande	MT	Soc. Benef. Várzea Grande	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
32	Escola Agrícola de São José do Rio Claro	MT	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
33	Escola Agrícola de Alta Floresta	MT	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
34	Escola Agrícola de Barra do Garças	MT	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
35	Escola Agrícola de Juína	MT	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
36	Escola Agrícola de Rondonópolis	MT	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
37	Escola Agrícola de São Gabriel do Oeste	MS	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
38	Escola Agrícola de Amambai	MS	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
39	Escola Agrícola de Cassilândia	MS	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
40	Escola Agrícola de Ivinhema	MS	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
41	Escola Agrícola de Anápolis	GO	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
42	Escola Agrícola de Arraias	TO	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
43	Escola Agrícola de São Raimundo Nonato	PI	Prefeitura	— Obras paralisadas
44	Escola Agrícola de Formosa	GO	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
45	Escola Agrícola de Uruaçu	GO	Prefeitura	— 1ª etapa em conclusão
46	Escola Agrícola de Ipameri	GO	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
47	Escola Agrícola de Jussara	GO	Prefeitura	— 1ª etapa em conclusão
48	Escola Agrícola de Itumbiara	GO	Prefeitura	— Paralisada
49	Escola Agrícola de Catalão	GO	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
50	Escola Agrícola de Magé	RJ	Prefeitura	— 1ª etapa em execução

(Continua)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 SECRETARIA DE ENSINO DE 2º GRAU  
 PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO  
 ESCOLAS AGRÍCOLAS DE 1º GRAU  
 (Continuação)

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	UF	MANTENEDORA	SITUAÇÃO ATUAL
51	Escola Agrícola de Serra dos Aimorés	MG	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
52	Escola Agrícola de Cataguases	MG	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
53	Escola Agrícola de Três Pontas	MG	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
54	Escola Agrícola de Campina Verde	MG	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
55	Escola Agrícola de Collina	SP	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
56	Escola Agrícola de Itápolis	SP	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
57	Escola Agrícola de Auriflama	SP	Prefeitura	— 1ª etapa em conclusão
58	Escola Agrícola de Toledo	PR	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
59	Escola Agrícola de Santo Antônio da Platina	PR	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
60	Escola Agrícola de Campo Erê	SC	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
61	Escola Agrícola de São Miguel do Oeste	SC	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
62	Escola Agrícola de Abelardo Luz	SC	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
63	Escola Agrícola de Matra	SC	Prefeitura	— 1ª etapa em conclusão
64	Escola Agrícola de Canoas	RS	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
65	Escola Agrícola de Irajá	RS	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
66	Escola Agrícola de Campo Novo	RS	Prefeitura	— 1ª etapa concluída
67	Escola Agrícola de Nova Petrópolis	RS	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
68	Escola Agrícola de Júlio de Castilhos	RS	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
69	Escola Agrícola de Piratini	RS	Prefeitura	— 1ª etapa paralisada
70	Escola Agrícola de Tramandaí	RS	Prefeitura	— 1ª etapa em conclusão
71	Escola Agrícola de Serafina Corrêa	RS	Prefeitura	— Funcionando. Aguardando 2ª etapa
72	Escola Agrícola de Ibirubá	RS	Prefeitura	— Funcionando. Iniciando 2ª etapa
73	Escola Agrícola de Chapecô	SC	Prefeitura	— Início 1ª etapa
74	Escola Agrícola de Bom Jesus	RS	Prefeitura	— Início 1ª etapa
75	Escola Agrícola de Patos	PB	Prefeitura	— Em estudo
76	Escola Agrícola de Medeiros Neto	BA	Prefeitura	— Em estudo
77	Escola Agrícola de Puxinanã	PB	Prefeitura	— Em estudo

AÇÕES REALIZADAS E PROJETADAS - 1989/1990  
 ENSINO MÉDIO  
 PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO  
 ESCOLAS AGROTECNICAS - 2º GRAU

EM FUNCIONAMENTO	EM EXECUÇÃO	EM LICITAÇÃO	A SEREM LICITADAS	EM ESTUDO
Petrolina-PE Araguatins-TO	Rio do Sul-SC Sombrio-SC Guanambi-BA  Ceres-Go Codó-MA Ipanguacu-RN São Miguel da Cachoeira-AM	Caçador-SC Goiandésia-GO Senhor do Bonfim-BA	Santarém-PA Porto União-SC Nova Andradina-MS Goi-Erê-PR Umuarama-PR Açailândia-MA São Bento-MA Caicó-RN Palmares-PE São Caetano-PE Janatuba-MG	Porto Nacional-TO Guaçu-ES Nova Venécia-ES

AÇÕES REALIZADAS E PROJETADAS - 1989/1990  
 ENSINO MÉDIO  
 PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TÉCNICO  
 ESCOLAS TÉCNICAS INDUSTRIAIS - 2º GRAU

CONCLUÍDAS	EM CONCLUSÃO	EM EXECUÇÃO	EM LICITAÇÃO	A SEREM LICITADAS	EM ESTUDO
Petrolina-PE		Porto Velho-RO	Porto Seguro-BA	Campo Grande-MS	Bom Jardim-RJ
São José-SC		Florianópolis-PI	Valença-BA	Currais Novos-RN	Inhumas-GO
Itajai-SC	Manaus-AM	Cajazeiras-PB	Nanuque-MG	Rio Branco-AC	Petrópolis-RJ
Imperatriz-MA	Medianeira-PR	Nitópolis-RJ	Sapucaia do Sul-RS	Olinda-PE	Nova Friburgo-RJ
Jataí-GO	Comélio Procópio-PR	Palmeira dos Índios-AL	Ipirá-BA	Teresópolis-RJ	
Cubatão-SP	Pato Branco-PR	Colatina-ES	Serra-ES	Cachoeiro do Itapemirim-ES	
			Rio de Janeiro		
Marabá-PA	Pesqueira-PE	Brasília-DF	(Quintino Bocaiuva)RJ	Itabaiana-SE	
Altamira-PA	Leopoldina-MG	Mossoró-RN	Entre Rios-BA	Caravelas-BA	
	Boa Vista-RR	Cedro-CE		Santa Inês-BA	
		Lagarto-SE		Batalha-AL	
		Juazeiro do Norte-CE		Feira de Santana-BA	
		Araucária-PR		Macapá-AP	
		Marechal Deodoro-AL		Bom Jesus da Lapa-BA	
		Macaé-RJ		Itabira-MG	
		Nova Iguaçu-RJ		Linhares-ES	
		Maceió-AL		Boa Esperança-ES	
		Eunápolis-BA		Volta Redonda-RJ	
		Barreiras-BA		Cariri-CE	
		Vitória da Conquista-BA			

#### **4. ENSINO SUPERIOR**

Em continuidade ao processo de consolidação das estruturas universitárias, o Ministério pretende estimular projetos de auto-avaliação institucional e de modernização de procedimentos gerenciais.

Ao mesmo tempo, procurar-se-á manter os níveis de atendimento às Instituições de Ensino Superior, no que se refere às despesas de pessoal e custeio, na tentativa de imprimir maior racionalização à administração universitária.

Com a autonomia constitucionalmente estabelecida, o modelo de interação entre o MEC e as universidades deverá assumir outros contornos, a partir da nova forma de alocação de recursos, cabendo à universidade maior responsabilidade na condução de seu próprio destino.

#### **5. ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE**

A convicção de que os programas assistenciais de Merenda Escolar, Livro e Material Didático constituem uma das formas de garantir a permanência na escola do aluno do ensino fundamental público norteia as ações projetadas para 1990, nesta área.

O Ministério pretende assegurar a consecução da meta de universalização dos programas de assistência ao estudante, incorporando os novos contingentes em processo de escolarização.

# GOVERNO JOSÉ SARNEY

## VII. MARCOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO -1985 -1989

1985	1986	1987
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Instituição do Programa de Atendimento Direto aos Municípios, no Ensino de 1º Grau.</li> <li>● Criação do Comitê de Ensino Técnico de 2º Grau.</li> <li>● Instituição do Programa Nova Universidade.</li> <li>● Criação do Programa de Educação Básica para a Região Nordeste – Projeto Nordeste.</li> <li>● Instituição do Programa de Educação para o Meio Rural – Pronasec – e do Programa de Educação nas Periferias Urbanas – Prodasec.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Instituição do Programa de Módulos Didáticos, destinado às escolas municipais de 1º grau.</li> <li>● Criação do Programa Nacional de Transporte Escolar.</li> <li>● Criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias.</li> <li>● Criação do Grupo de Trabalho para implementação de um sistema racional de educação básica, via satélite.</li> <li>● Assinatura de decreto que estabeleceu diretrizes para atuação do Governo Federal, no que respeita às pessoas portadoras de deficiências físicas.</li> <li>● Aprovação, por Decreto, do III Plano Nacional de Pós-Graduação.</li> <li>● Estabelecimento do Programa de Bolsas de Estudo para menores carentes.</li> <li>● Início das atividades da Fundação Educar.</li> <li>● Instituição de Programa de Qualificação de Professores Leigos, via TV.</li> <li>● Implantação do processo de municipalização da Merenda Escolar, estendendo o seu atendimento às crianças de 4 a 6 anos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Implementação do Programa de Expansão e Melhorio do Ensino Técnico – Protec.</li> <li>● Criação do Comitê Assessor de Informática e Educação.</li> <li>● Instituição da Comissão Técnica de Saúde Escolar.</li> <li>● Instituição de Grupo de Trabalho interministerial para integrar ações de Educação Especial.</li> <li>● Criação das Comissões de Avaliação da Política Educacional e de Divulgação e Informação.</li> <li>● Implementação dos Programas de Educação Pré-Escolar Estadual e de Pré-Escolar Municipal.</li> <li>● Implantação do Programa de Educação Básica para o Nordeste – Projeto Nordeste.</li> <li>● Implantação do I Plano Nacional de Apoio aos Hospitais Universitários.</li> <li>● Conseqüência da meta Universalização da Merenda Escolar e de Distribuição do Livro Didático.</li> </ul>

# GOVERNO JOSÉ SARNEY

## VII. MARCOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO -1985 -1989

(Continuação)

1985	1986	1987
	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Criação da Comissão de Reformulação do Esporte.</li> <li>● Reforma Administrativa do MEC: criação da Secretaria de Ensino Básico, da Secretaria de Ensino de 2º Grau e da Secretaria de Educação Especial; extinção da Comissão de Moral e Civismo, da Coordenação de Ensino Agropecuário, do Cenator, do Cenesp e da Delegacia do MEC no DF.</li> <li>● Realização do Dia "D" da Educação Nacional, quando todo o País debateu questões e problemas educacionais.</li> <li>● Transformação das Escolas Técnicas Federais de MG e PR em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Instituição do Prêmio Grandes Educadores Brasileiros – Inep/MEC.</li> </ul>

## GOVERNO JOSÉ SARNEY

# VII. MARCOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO -1985 -1989

1988

- Criação, por Decreto, do Programa de Material Escolar.
- Instituição da Comissão Paritária dos 3 níveis de governo para propor diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos no País.
- Promulgação, por Decreto, do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China.
- Fixação, por decreto, de normas para o Concurso Vestibular, tomando eliminatória a prova de Redação.
- Instituição do Prêmio 12 de Outubro – Dia do Professor.

1989

- Criação de Grupo de Trabalho para elaboração do Anteprojeto da LDB, de iniciativa do MEC.
- Encaminhamento do Anteprojeto da LDB/MEC às Comissões de Educação da Câmara e do Senado.
- Criação de Comissão de Assessoramento de Alto Nível, para elaboração de subsídios ao Plano Nacional de Educação e criação de um sistema permanente de avaliação em todos os níveis com ênfase ao 1º e 2º graus.
- Criação da Subsecretaria de Educação Pré-Escolar.
- Criação do Programa de Educação Ambiental, no ensino fundamental.
- Reativação do Ensino Supletivo.
- Criação do Programa de Educação em Faixa de Fronteiras.
- Consolidação do Programa Nacional de Informática na Educação.
- Consolidação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico – Protec.
- Instituição do Grupo Técnico de Saúde, em nível de 2º grau.
- Implantação do Programa de Formação Interdisciplinar para Pesquisa e Desenvolvimento – Fiped.
- Desenvolvimento dos projetos de instalação do **Pedagogium** e da **Escola do Futuro** do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

(Continua)

# GOVERNO JOSÉ SARNEY

## VIL MARCOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO -1985 -1989

(Continuação)

1988

1989

- Apoio às prefeituras municipais e secretarias estaduais de Educação para consecução das metas de expansão da rede física/construção de unidades escolares: "As Escolas do Artigo/60", das Disposições Transitórias da nova Constituição brasileira.
- Instituição do Programa de Empreendimentos Conjuntos para a Expansão Tecnológica – Proenco – com o objetivo de oferecer cooperação técnica e financeira aos estados e municípios por meio de empreendimentos conjuntos com o setor produtivo.
- Desenvolvimento do Programa Educação à Distância.
- Retorno da Funtevê para o MEC.
- Criação das universidades de RO, AP e TO.
- Conclusão e encaminhamento da proposta do projeto de Lei de Bases e Diretrizes do Desporto Nacional.

## VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações levadas a efeito pelo Ministério da Educação, no período 85/89, retratam, em sua concretude, a importância dada à área da educação pelo Governo Sarney, que soube percebê-la, em sua dimensão política, como um valor social na estrutura dos valores que preside a organização e o funcionamento da sociedade brasileira.

Desafios existem e alguns se apresentam, por sua magnitude, bem presentes. Importa, entretanto, interpretá-los em sua real significação. Muitos deles resultam, sem dúvida, do próprio amadurecimento do povo brasileiro que hoje, mais que ontem, considera a educação como um direito capaz de influenciar, não apenas a vida pessoal de cada indivíduo, como também a vida econômico-social da Nação.

A sociedade brasileira passa por profundas mudanças sob o impacto do desenvolvimento científico e tecnológico, e o pensar os desafios da área educacional precisa estar impregnado dessa realidade.

Esses desafios apontam para a relevância, cada vez maior, de mecanismos, de instrumentos capazes, a partir de um processo sistemático de avaliação do sistema nacional de educação em sua dinâmica e em seu desempenho, de fornecer elementos básicos para o traçado dos novos rumos da educação brasileira, por uma política nacional para a área, imbuída do espírito da modernidade, compromissada com a democratização do conhecimento, do saber.

É à luz dessa política que se há de elaborar o Plano Nacional de Educação, com metas confiáveis e exeqüíveis, abarcando o esforço de todas as esferas do Poder Público, numa atuação concorrente, articulada e orgânica, compondo um todo funcional, em condições de garantir o acesso de todos aos serviços educacionais marcados pelos padrões de qualidade, capaz de tornar a educação uma real prioridade.

Em verdade, a administração do Ministério da Educação, em 1989, debruçou-se com persistência, sobre um trabalho sério, para abrir espaços, cada vez mais amplos, que permitam a discussão dos vários segmentos da sociedade sobre a problemática do processo educacional, sobre a imperiosa necessidade de definir o que se convencionou chamar a CARTA DE NAVEGAÇÃO da educação brasileira - aquela que aponta a direção do futuro de nossa nação e o caminho educacional a ser seguido para construí-lo.

Sob a ótica do Governo Sarney, a educação deixa de ser uma realização temporária para tornar-se uma resposta contínua às aspirações da sociedade brasileira.

**ANEXOS**

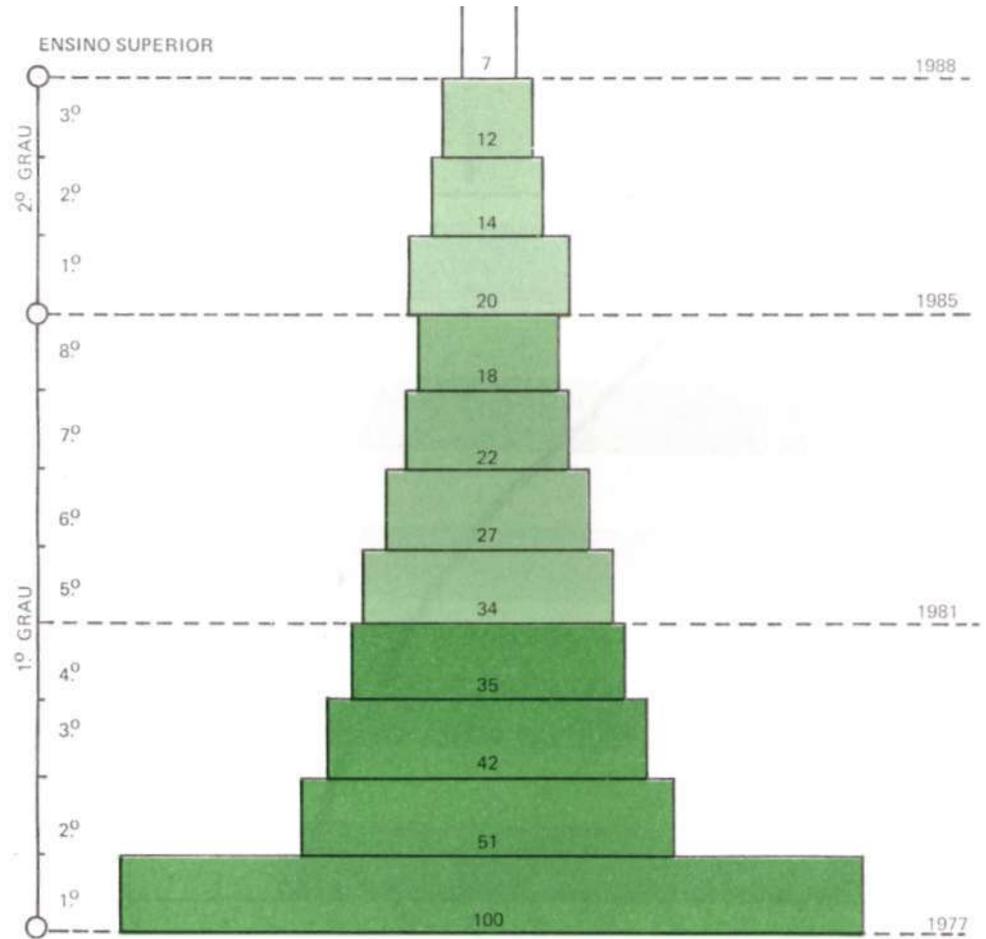
## IX. QUADROS E GRÁFICOS ESTATÍSTICOS

As estimativas referentes aos anos de 1988 e 1989 foram atualizadas com base em dados já confirmados de 1987. Dessa forma, poderá haver alguma divergência, se comparadas com informações existentes em publicações estatísticas do Ministério da Educação, baseadas em anos anteriores.

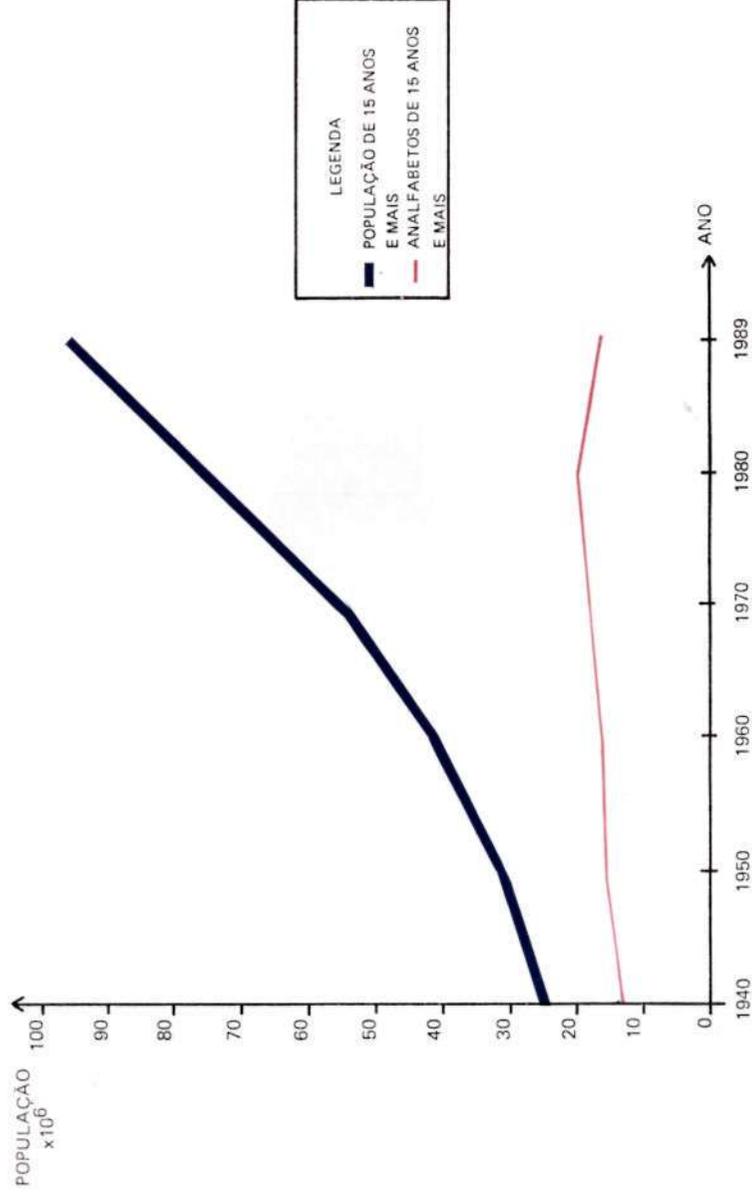
Ainda para efeito deste relatório, adotou-se o conceito internacional de analfabetismo (Unesco), compreendendo-se por **analfabeto** o indivíduo de 15 anos e mais que não sabe ler e escrever, excluindo-se crianças que, ainda, não iniciaram o processo de escolarização.

Ao mesmo tempo, para o conceito de **escolarização**, tomou-se como referência a matrícula feita no início do ano letivo.

## PIRÂMIDE EDUCACIONAL

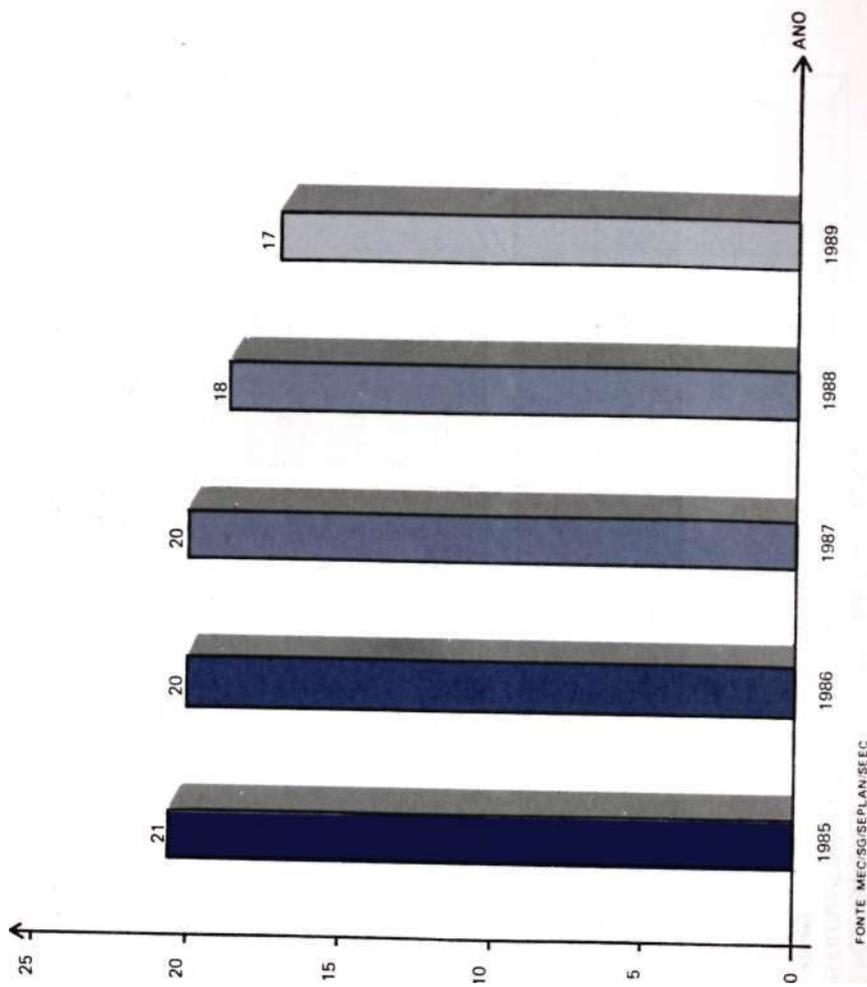


FONTE: MEC/SEEC

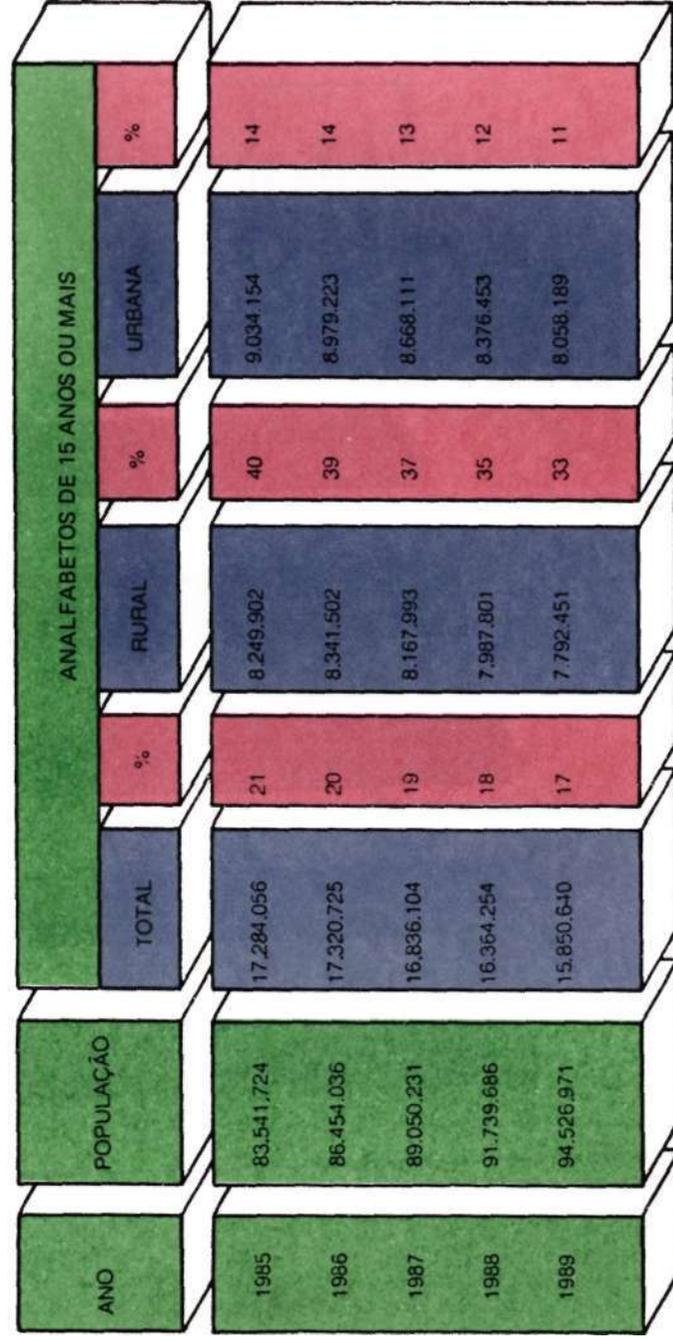
POPULAÇÃO E ANALFABETOS DE 15 ANOS E MAIS  
BRASIL - 1940-1989

FONTE: MEC, SG/SEPLAN/SEC

TAXA DE ANalfabetismo na População de 15 Anos e Mais  
BRASIL - 1985-89



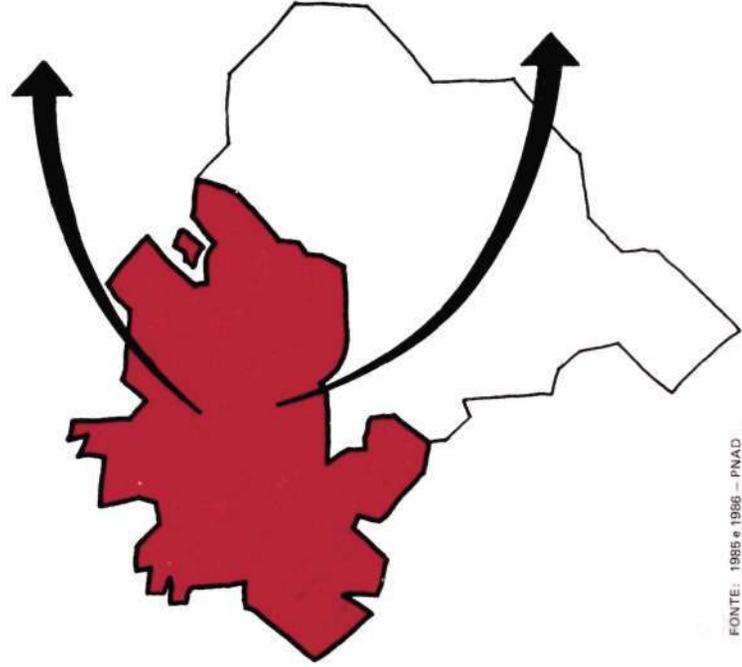
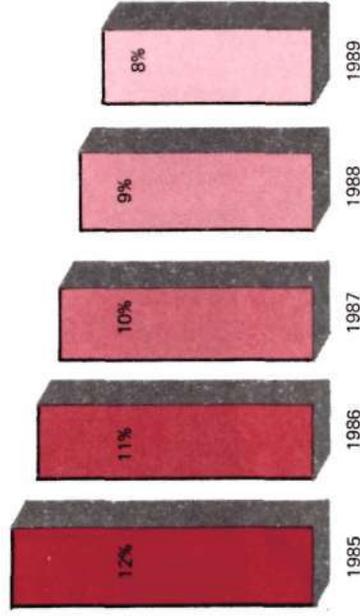
NÚMERO E PORCENTUAL DE ANALFABETOS NA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO BRASIL - 1985-89



FONTE: 1985 e 1986 - PNAD  
1987-89- Estimativa.  
NOTA: Excluída a população rural da Região Norte

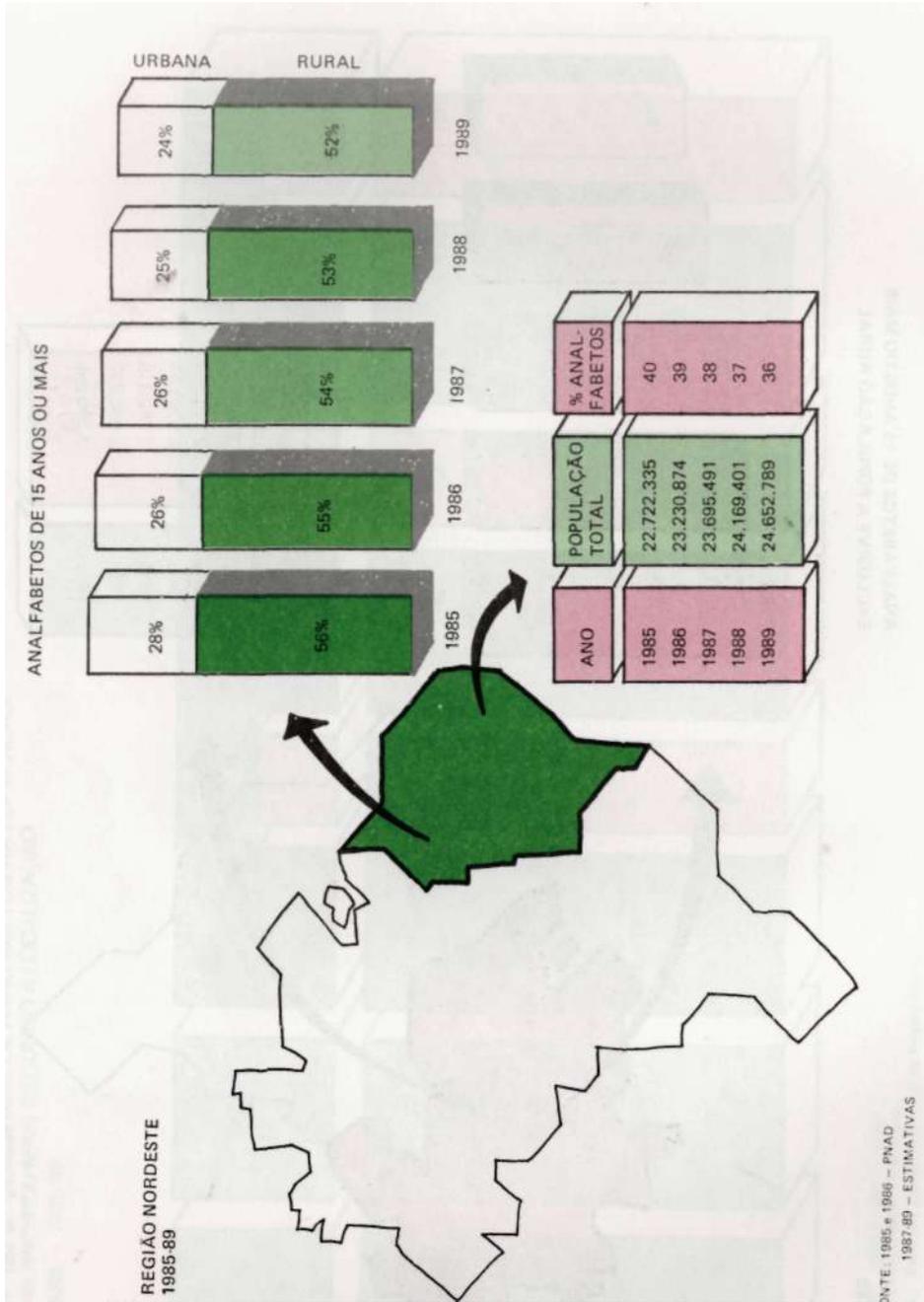
REGIÃO NORTE  
1985-89

ANALFABETOS DE 15 ANOS OU MAIS  
EXCLUSIVE A POPULAÇÃO RURAL



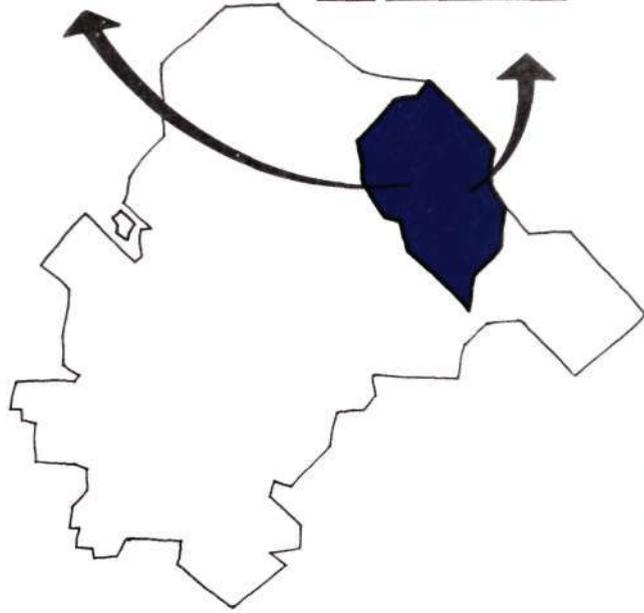
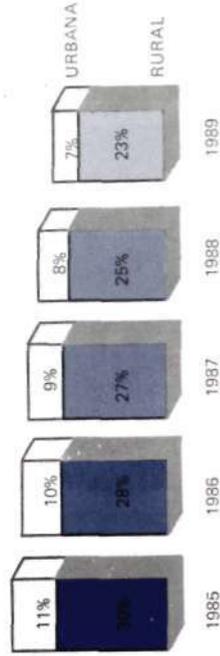
ANO	POPULAÇÃO TOTAL
1985	2.248.569
1986	2.529.651
1987	2.782.616
1988	3.060.877
1989	3.366.965

FONTE: 1985 e 1986 – PNAD  
1987 - 89 – Estimativas



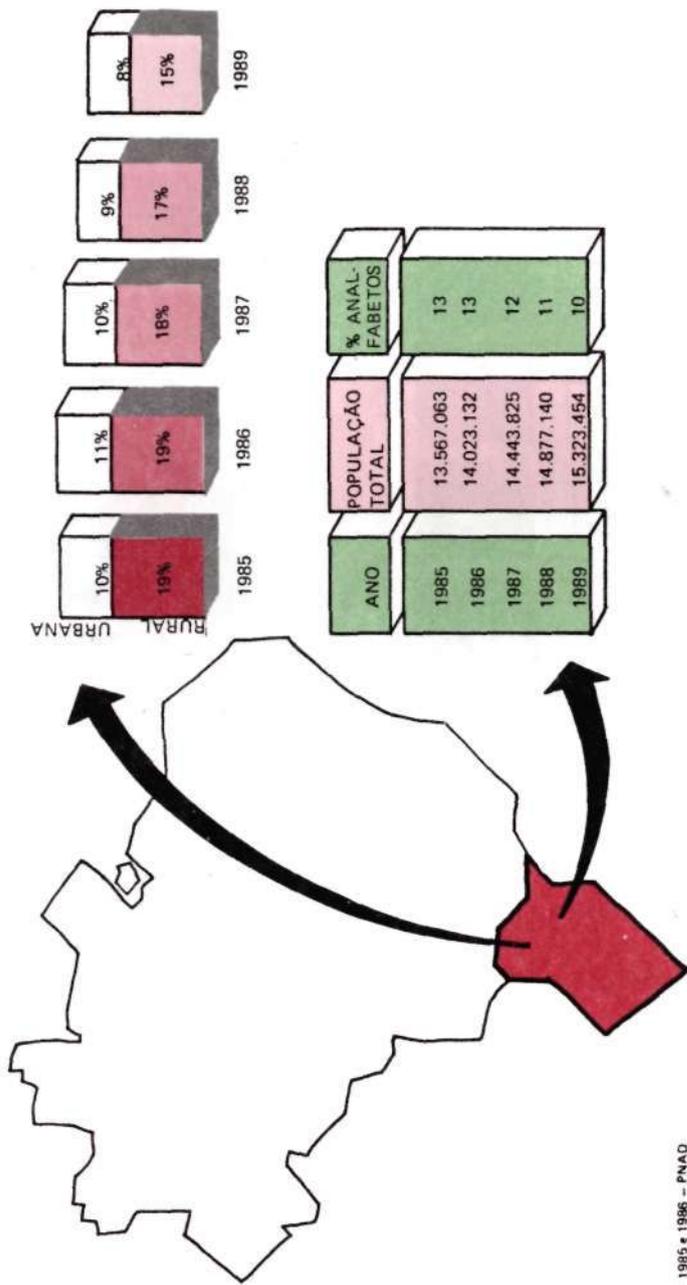
REGIÃO SUDESTE  
1985-89

ANALFABETOS DE 15 ANOS OU MAIS

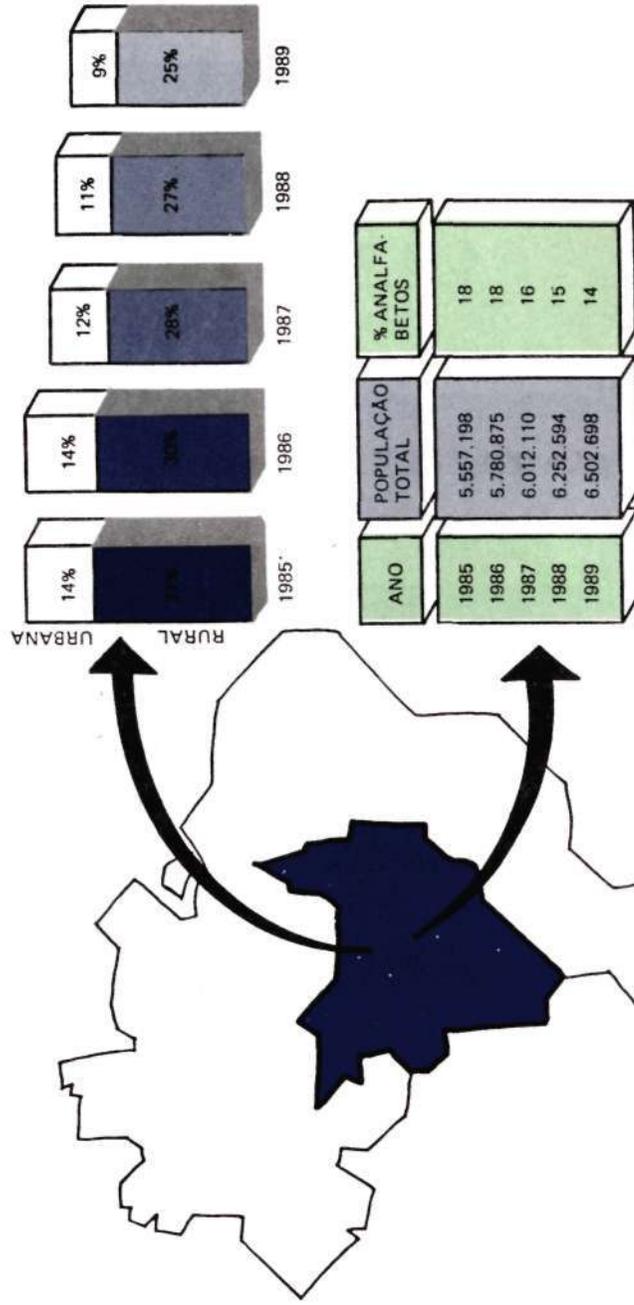


ANO	POPULAÇÃO TOTAL	% ANALFABETOS
1985	39.446.559	13
1986	40.889.504	13
1987	42.116.189	12
1988	43.379.674	11
1989	44.681.065	10

FONTE: 1985 e 1986 - PNAD  
1987 - 89 - Estimativas



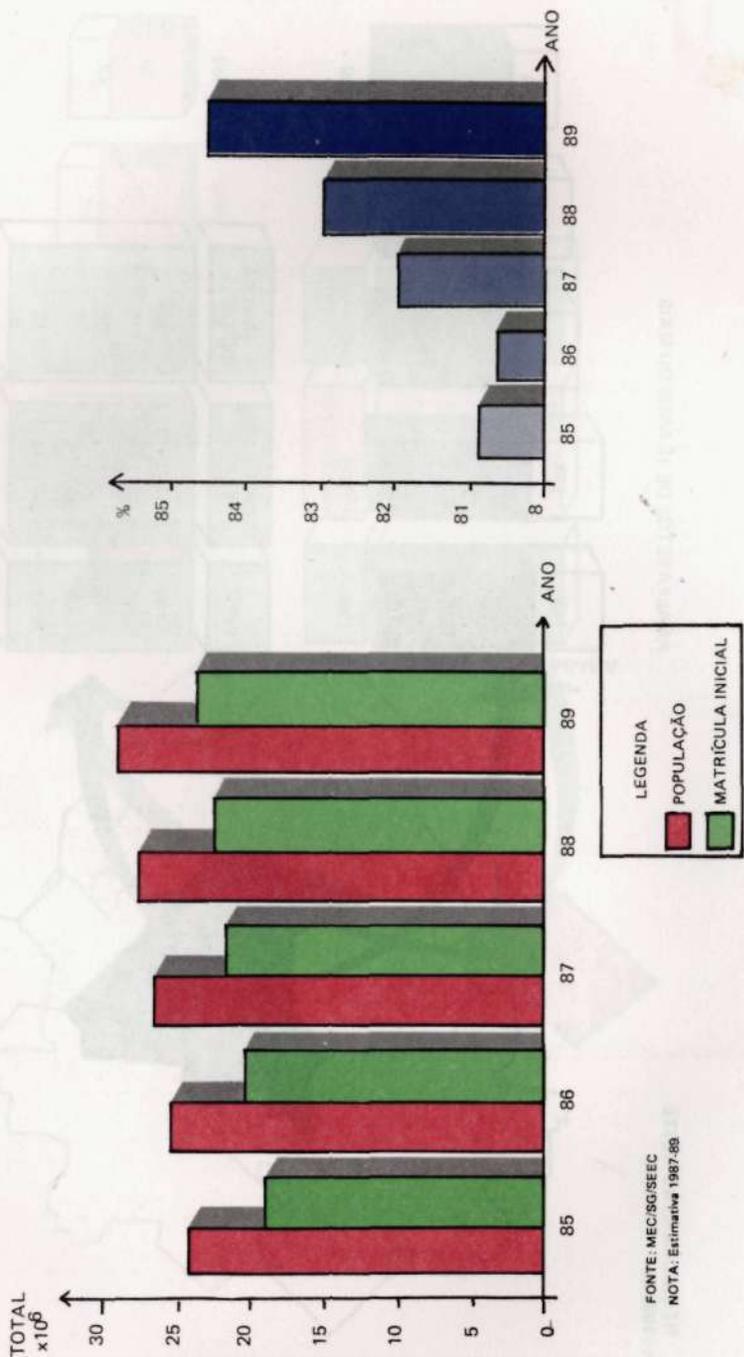
**REGIÃO CENTRO-OESTE**  
1985-89



FONTE: 1985 e 1986 - PNAD  
1987 - 89 - ESTIMATIVA

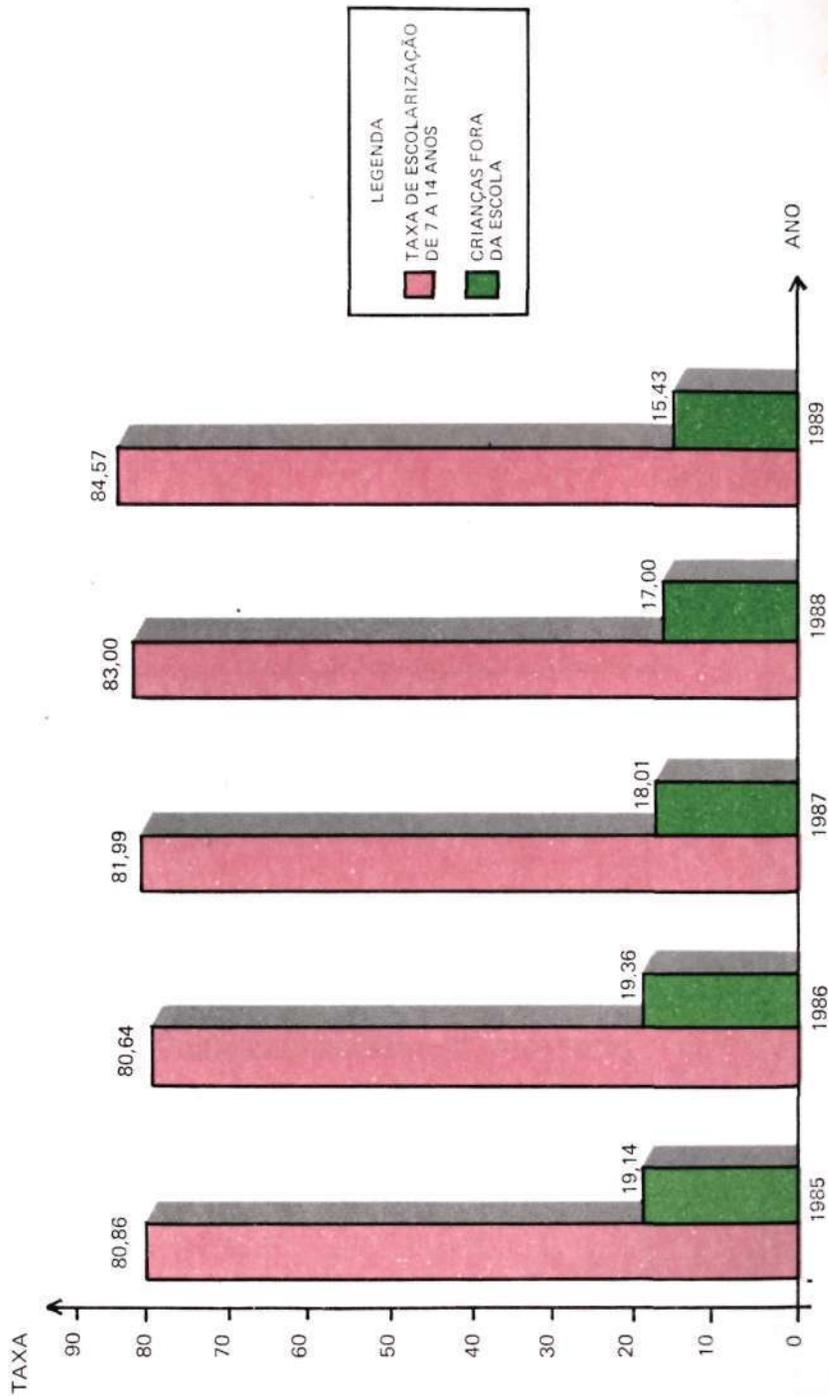
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO

ENSINO REGULAR DE 1º GRAU  
TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO 7-14 ANOS  
BRASIL - 1985-89



FONTE: MEC/SG/SEEC  
NOTA: Estimativa 1987-89.

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO E DE CRIANÇAS FORA DA ESCOLA NA FAIXA DE 7 A 14 ANOS  
BRASIL — 1985-89



FONTE: MEC/SG SEPLAN/SEEC

ENSINO DE 1º GRAU  
MATRÍCULA INICIAL SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA  
BRASIL - 1985-89



FONTES: MEC/SG/SEPLAN/SEEC  
 (\*) ESTIMATIVA

ENSINO DE 1º GRAU  
NÚMERO DE ESCOLAS E ALUNOS SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ANOS				
	1985	1986	1987	1988(1)	1989(1)
FEDERAL (2)	630 116.848	657 121.690	672 127.177	691 132.834	692 130.257
ESTADUAL	53.775 14.178.371	55.083 14.536.775	56.366 14.860.520	57.847 15.192.206	59.078 15.805.446
MUNICIPAL	122.480 7.480.433	125.785 7.804.694	128.850 8.005.680	131.826 8.209.931	134.557 8.338.869
PARTICULAR	10.370 989.266	10.639 3.144.734	10.904 3.214.674	11.177 3.286.163	11.412 3.337.257
TOTAL (3)	187.273 24.769.359	192.264 25.607.893	196.792 26.208.051	201.511 28.821.134	285.739 27.611.829

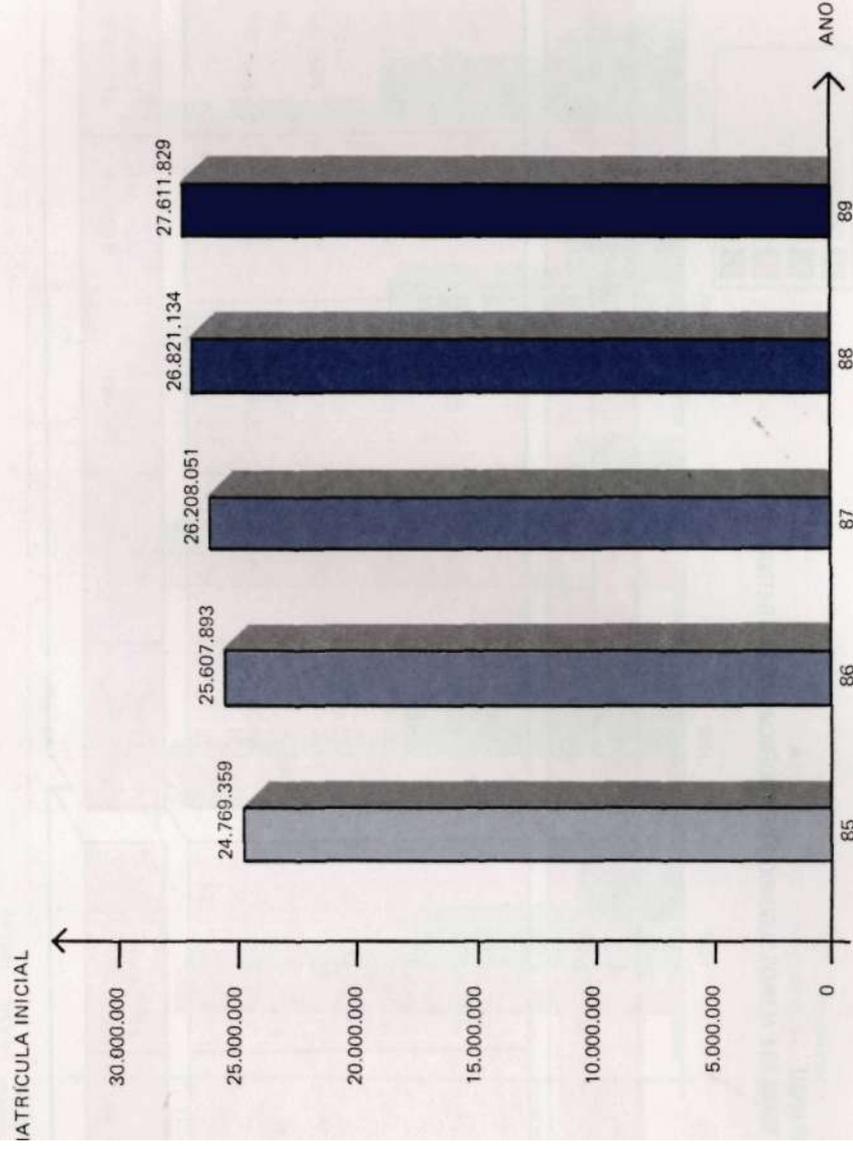
FONTE: MEC/SU/SEEC

(1) Estimativa

(2) Estabelecimentos mantidos pelos Ministérios do Interior, Exército, Marinha, Aeronáutica, Previdência Social, Planejamento, Educação e as escolas de Roraima e Amapá.

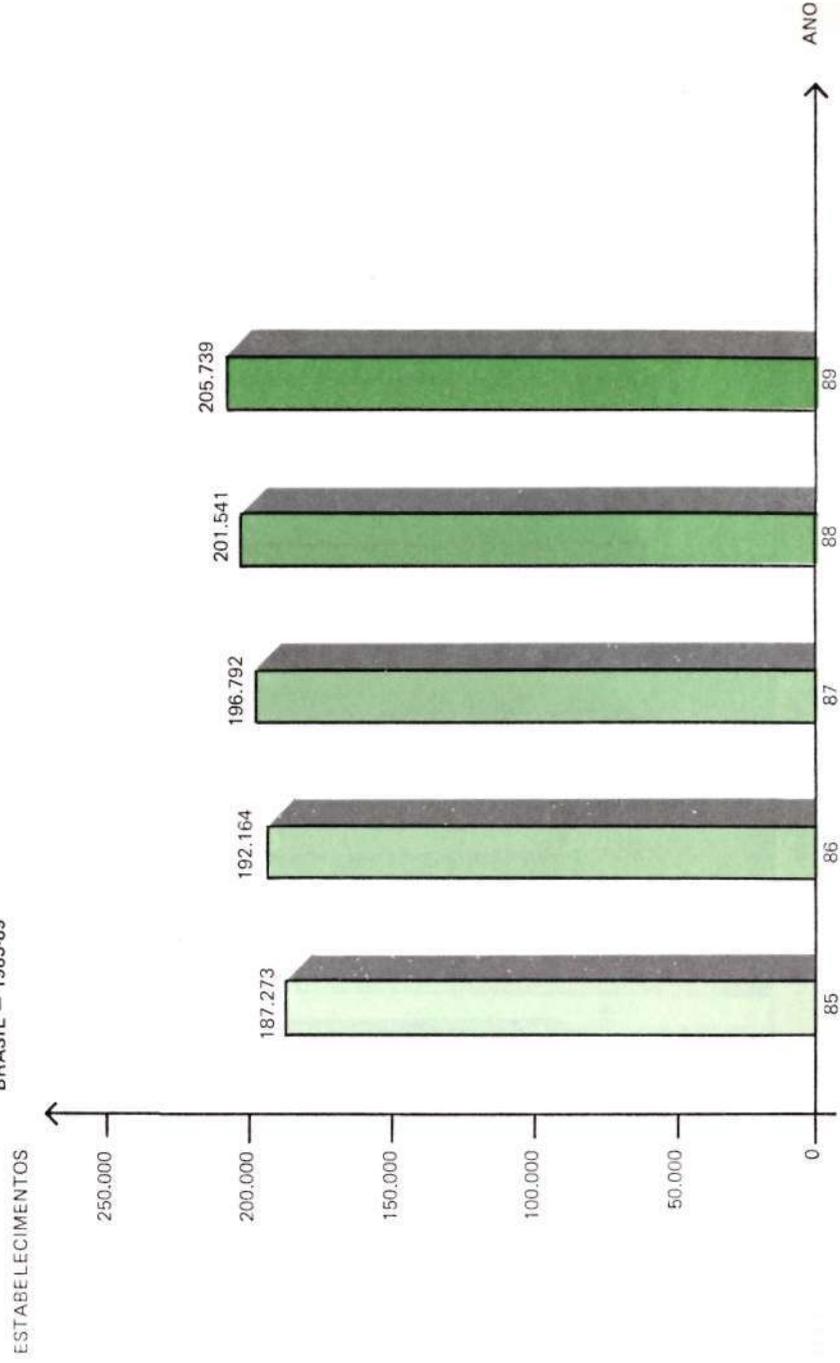
(3) Em 1985, foram incluídas 18 escolas e 4.441 alunos que não informaram a dependência administrativa.

ENSINO REGULAR DE 1º GRAU  
MATRICULA INICIAL – BRASIL – 1985-89



FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC

ENSINO REGULAR DE 1º GRAU  
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS  
BRASIL – 1985-89



FONTE: MEC, SG/SEPLAN/SEEC

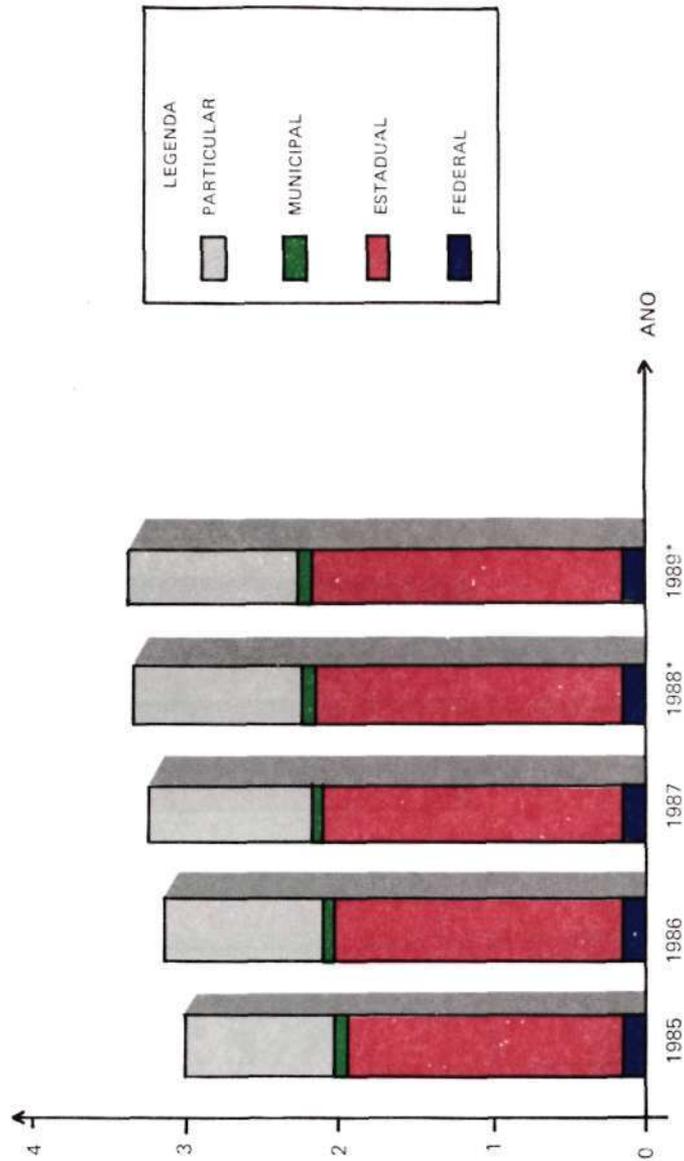
ENSINO REGULAR DE 2.º GRAU  
MATRÍCULA INICIAL  
BRASIL - 1985-89



FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC

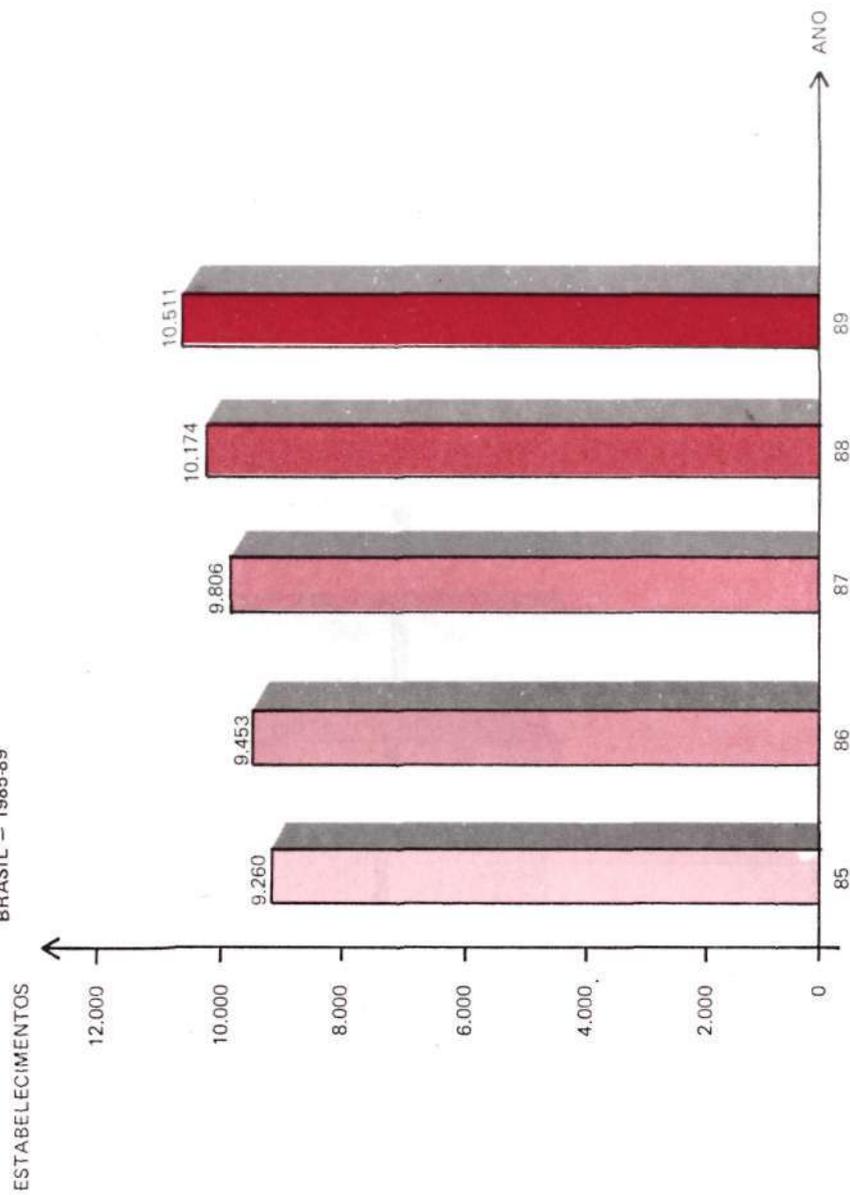
ENSINO DE 2º GRAU  
 MATRÍCULA INICIAL SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA  
 BRASIL - 1985-89

MATRÍCULA  
 INICIAL  
 x10<sup>4</sup>



FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC  
 (\*) ESTIMATIVA

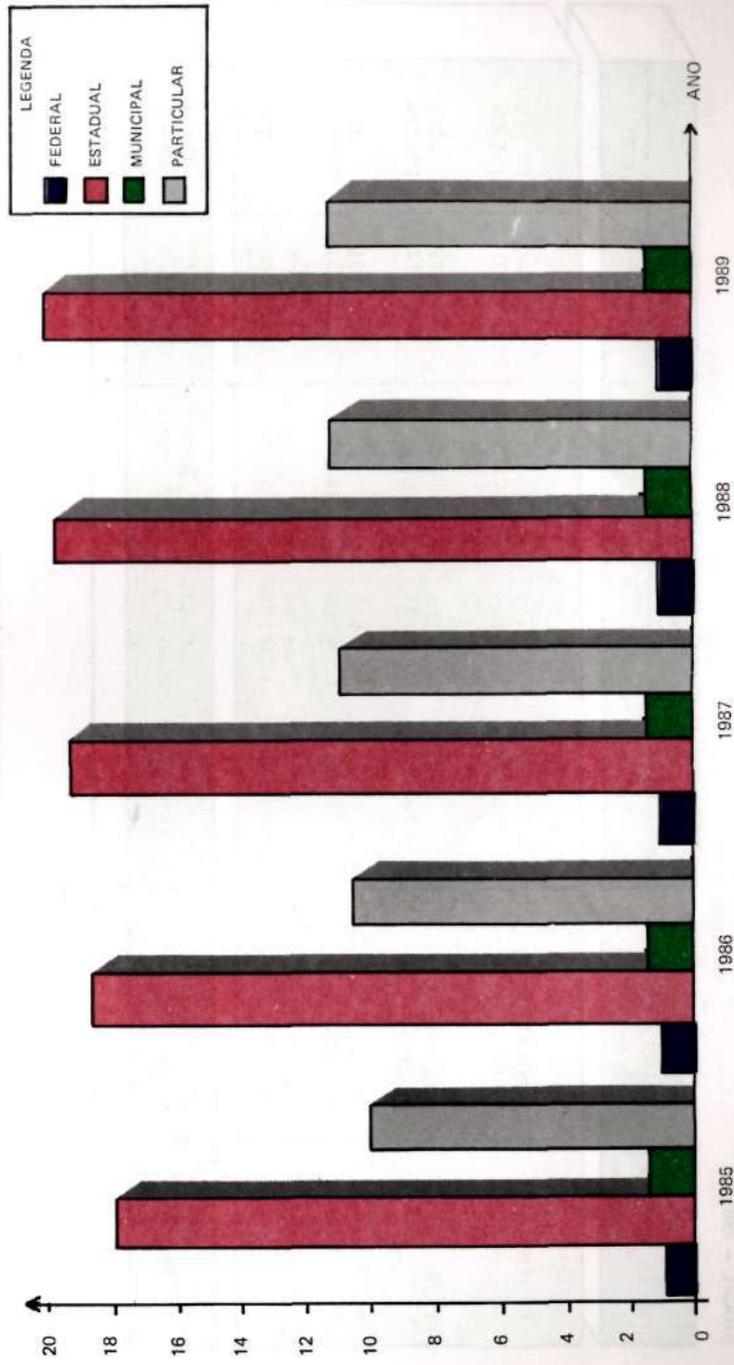
ENSINO REGULAR DE 2.º GRAU  
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS  
BRASIL - 1985-89



FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEC

ENSINO REGULAR DE 2º GRAU  
MATRÍCULA INICIAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
BRASIL - 1985-89

MATRÍCULA  
x 10<sup>5</sup>



FONTE: MEC/SE/SEPLAN/SEEC

ENSINO DE 2.º GRAU  
 NÚMERO DE ESCOLAS E ALUNOS SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA  
 BRASIL - 1985-89

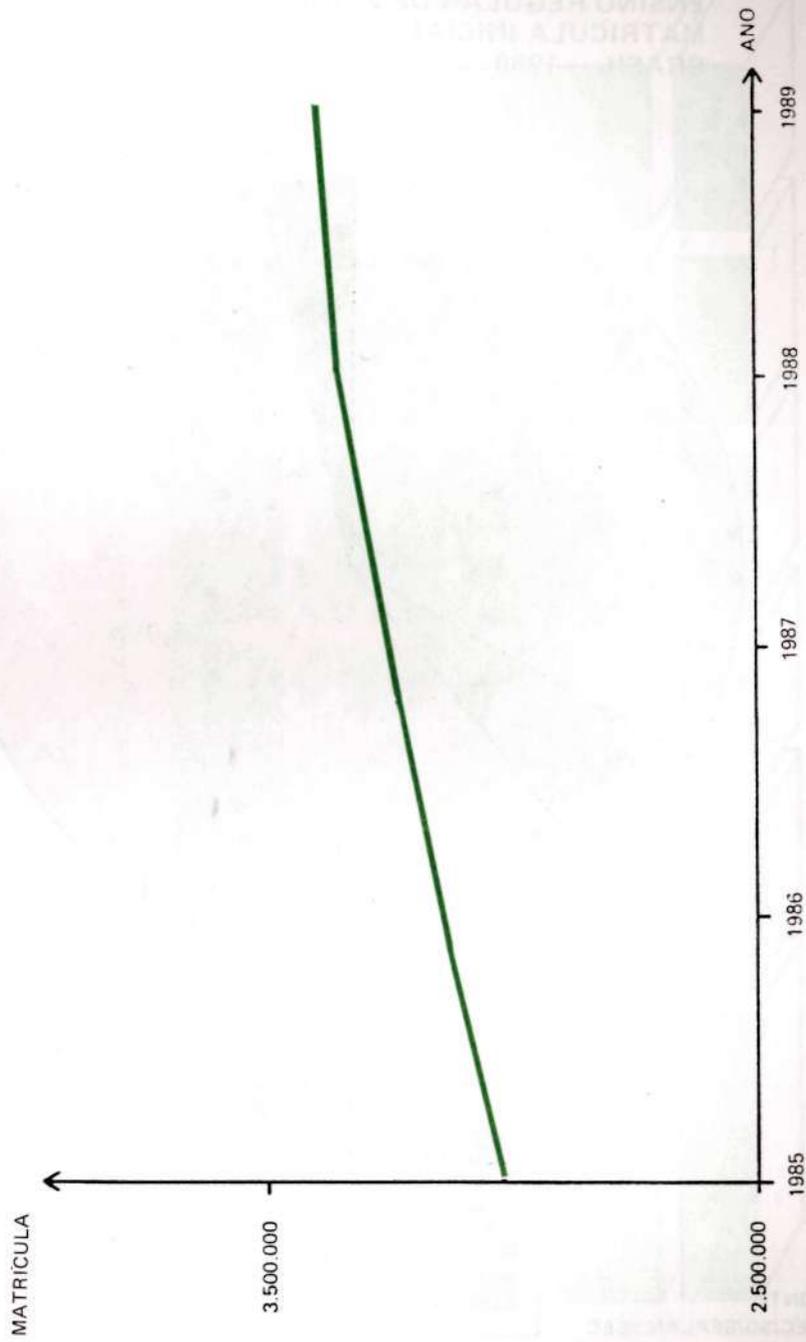
DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA	ANOS				
	1985	1986	1987	1988 (1)	1989 (1)
FEDERAL (2)	137 99.422	137 103.944	141 107.339	145 110.681	155 110.909
ESTADUAL	4.421 1.780.155	4.505 1.848.867	4.685 1.907.738	4.871 1.965.254	5.018 1.983.825
MUNICIPAL	638 132.333	653 138.509	675 143.549	701 148.539	724 149.622
PARTICULAR	4.064 1.004.228	4.158 1.051.261	4.305 1.083.635	4.457 1.115.456	4.614 1.120.251
TOTAL	9.260 3.016.138	9.453 3.142.581	9.806 3.242.261	10.174 3.339.930	10.511 3.364.607

FONTE: MEC/SG/SEEC

(1) ESTIMATIVA

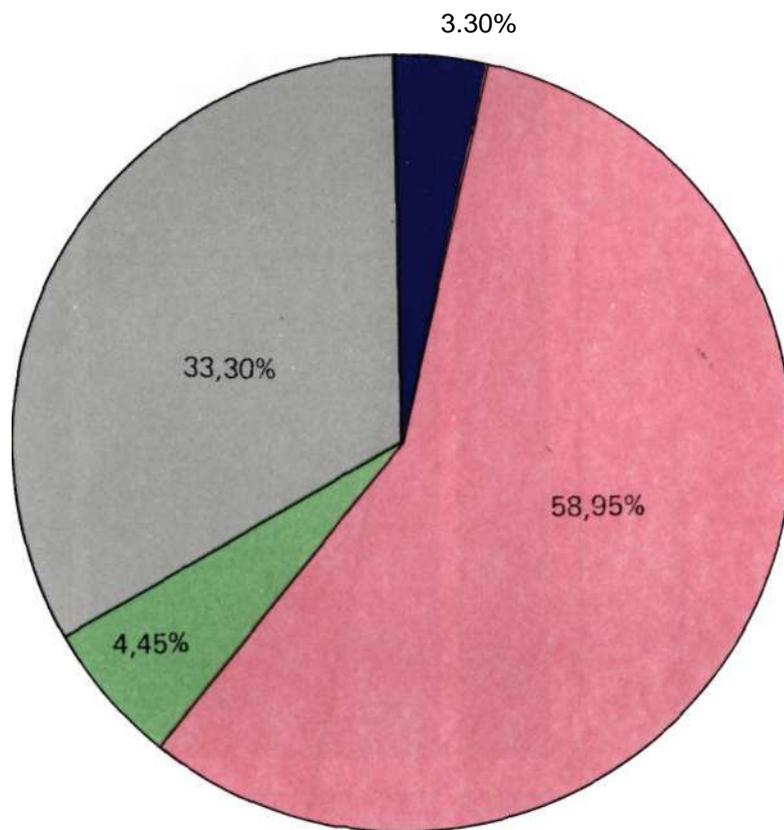
(2) ESTABELECIMENTOS MANTIDOS PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E PELOS DIVERSOS MINISTÉRIOS, INCLUSIVE AS ESCOLAS DE PR E AP.

ENSINO REGULAR DE 2º GRAU  
MATRICULA INICIAL  
BRASIL - 1985-89



FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC

ENSINO REGULAR DE 2º GRAU  
MATRICULA INICIAL  
BRASIL- 1989



FONTE:  
MEC/SG/SEPLAN/SEEC

ENSINO REGULAR DE 2.º GRAU  
MATRÍCULA INICIAL SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA  
BRASIL - 1985-89

DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA	MATRÍCULA INICIAL				
	1985	1986	1987	1988 (*)	1989 (*)
FEDERAL	99.422	103.944	107.339	110.681	110.909
ESTADUAL	1.780.155	1.848.867	1.907.738	1.965.254	1.985.825
MUNICIPAL	132.333	138.509	143.549	148.539	147.622
PARTICULAR	1.004.228	1.051.261	1.083.635	1.115.456	1.120.251
<b>TOTAL</b>	<b>3.016.138</b>	<b>3.142.581</b>	<b>3.242.261</b>	<b>3.339.930</b>	<b>3.364.607</b>

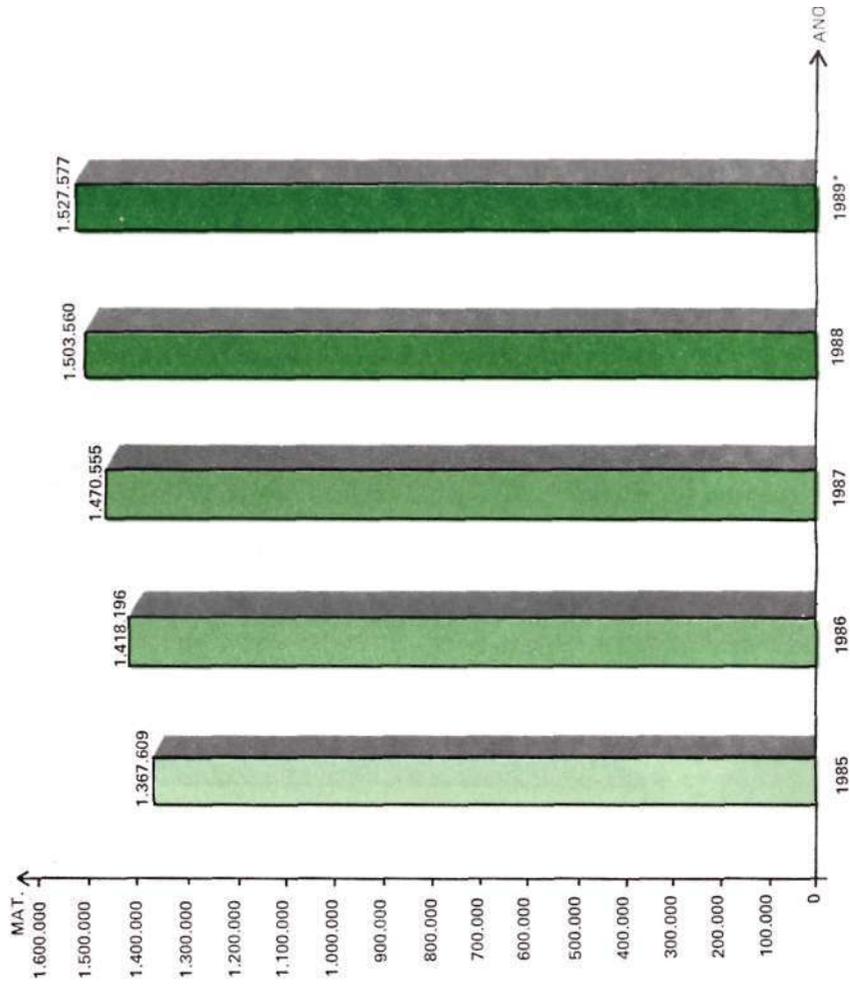
FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC  
(\*) ESTIMATIVA

ENSINO DE 2.º GRAU  
 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA  
 BRASIL - 1985-89

DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA	ESTABELECIMENTOS				
	1985	1986	1987	1988 (*)	1989 (*)
FEDERAL	137	137	141	145	155
ESTADUAL	4.421	4.505	4.685	4.871	5.018
MUNICIPAL	638	653	675	701	724
PARTICULAR	4.064	4.158	4.305	4.457	4.614
TOTAL	9.260	9.453	9.806	10.174	10.511

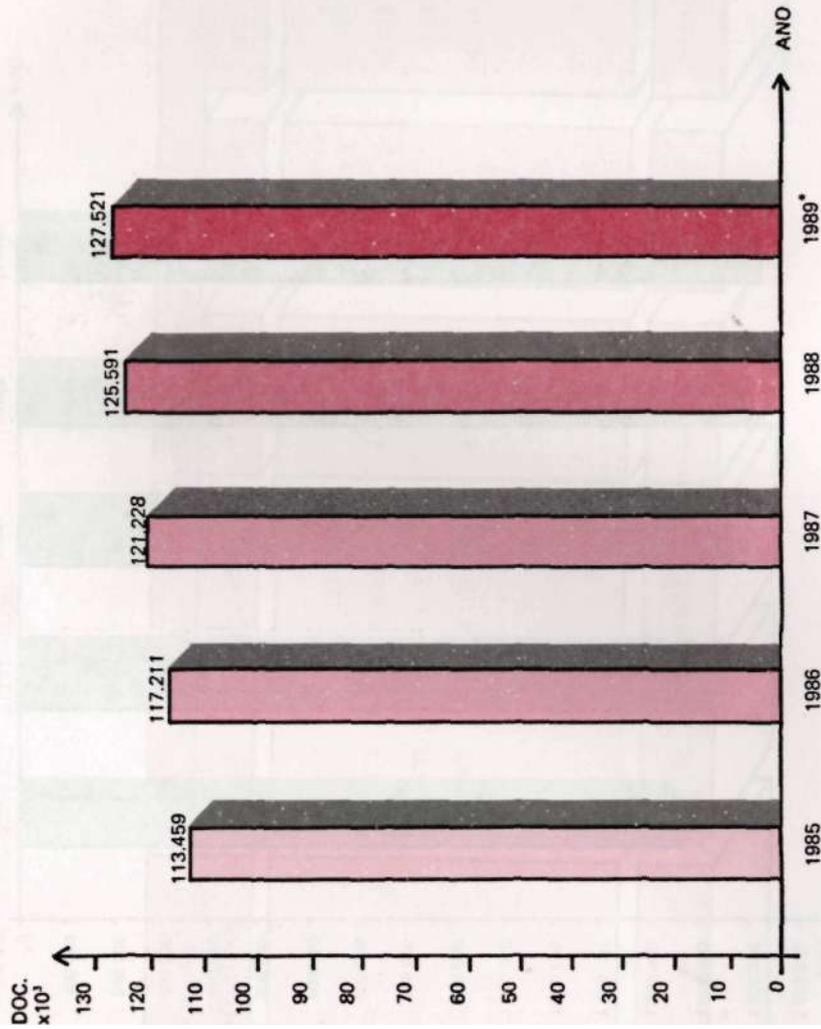
FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC  
 (\*), ESTIMATIVA

ENSINO SUPERIOR – GRADUAÇÃO  
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRICULAS – 1985-89



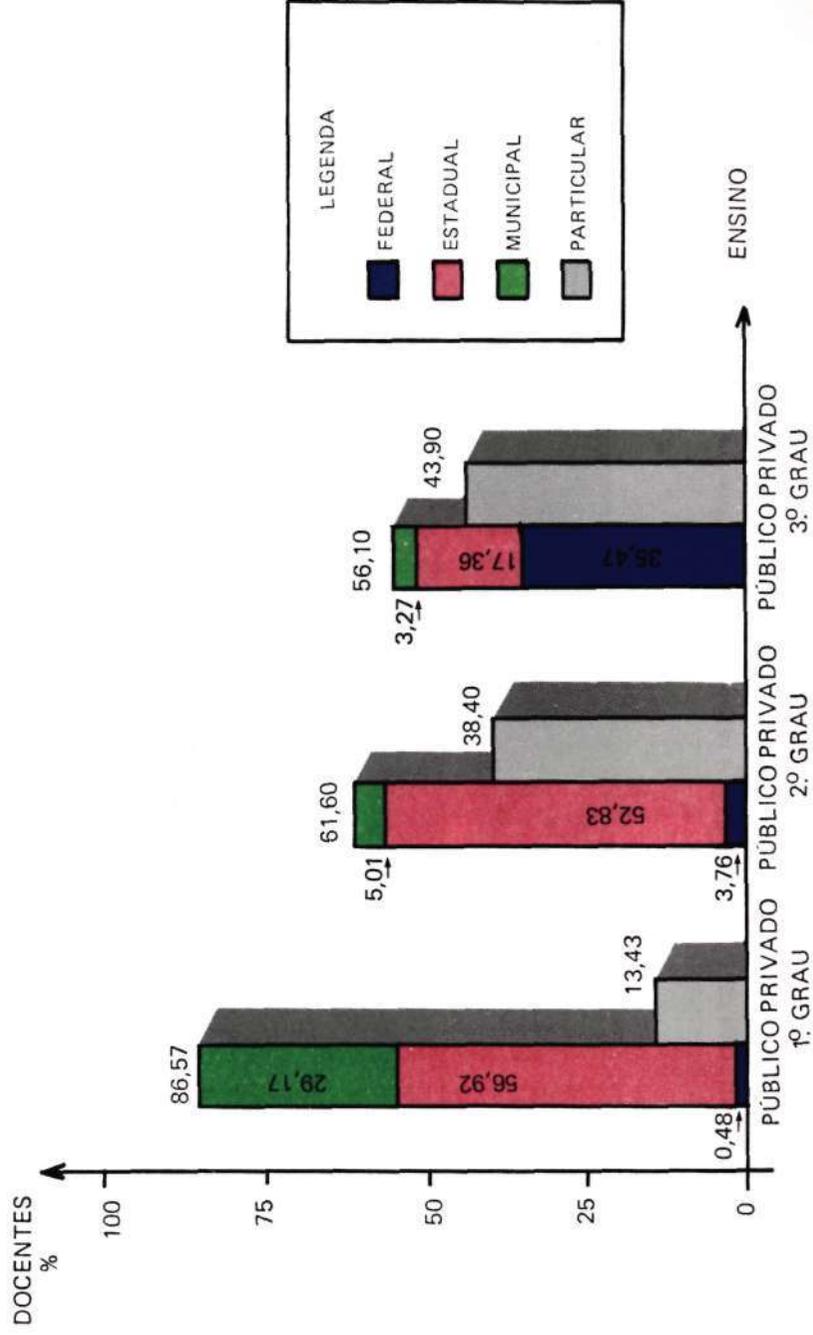
FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEC  
(\* ESTIMATIVA)

ENSINO SUPERIOR – GRADUAÇÃO  
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO  
1985-89



FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEC  
(\* ESTIMATIVA)

DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO  
 POR GRAU DE ENSINO  
 BRASIL - 1989



FONTE: MEC/SG/SEEC

ENSINO SUPERIOR – GRADUAÇÃO  
 NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
 BRASIL – 1985-88

ANO	UNIVERSIDADES			ISOLADAS E FEDERAÇÕES			TOTAL
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	
1985	35	11	2	18	64	103	859
1986	35	11	3	18	79	117	855
1987	35	14	4	19	69	99	853
1988*	35	15	2	19	72	90	871

FONTE: MEC/SC/SEPLAN/SEEC

\*1989 – CRIADAS E EM IMPLANTAÇÃO AS UFs DE RR, AP E TO

ENSINO SUPERIOR – GRADUAÇÃO  
EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR  
BRASIL – 1985-89

ANO	ESTABELECI- MENTOS	T.C.**	FUNÇÕES DOCENTES EM EXERCÍCIO	T.C.	MATRÍCULA INICIAL	T.C.
1985	859	-	113.459	-	1.367.609	-
1986	855	-0,4	117.211	3,3	1.418.196	3,7
1987	853	-0,2	121.228	3,4	1.470.555	3,7
1988	871	2,1	125.591	3,6	1.503.560	2,2
1989*	871	-	127.521	3,6	1.527.577	1,6

FONTE: MEC/SC/SEPLAN/SEEC

\* Estimativa

\*\* Taxa de Crescimento

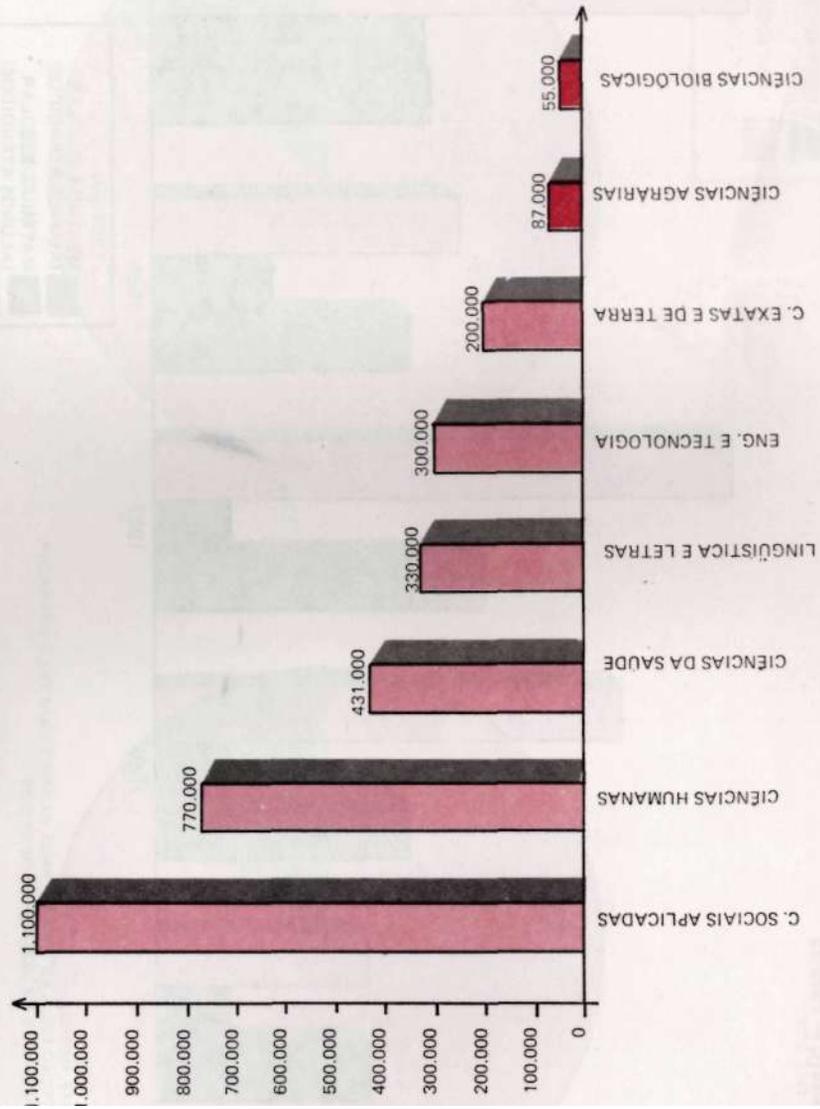
ENSINO SUPERIOR – GRADUAÇÃO  
 NÚMERO DE MATRÍCULAS EM 30/04, POR NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
 BRASIL – 1985-88

ANO	TOTAL	UNIVERSIDADES				ISOLADAS E FEDERAÇÕES			
		FEDE- RAL	ESTA- DUAL	MUNI- CIPAL	PARTI- CULAR	FEDE- RAL	ESTA- DUAL	MUNI- CIPAL	PARTI- CULAR
1985	1.367.609	314.102	104.441	15.114	238.020	12.420	42.375	67.928	572.909
1986	1.418.195	313.520	104.816	20.600	283.927	12.214	48.973	77.509	556.637
1987	1.470.555	315.955	114.418	26.180	304.682	13.467	53.621	61.323	580.908
1988	1.503.560	304.465	129.785	17.178	318.812	13.366	60.951	59.606	599.397
1989*	1.527.577	309.328	131.858	17.452	323.905	13.580	61.925	60.558	608.971

FONTE: MEC/SG/SEPLAN/SEEC

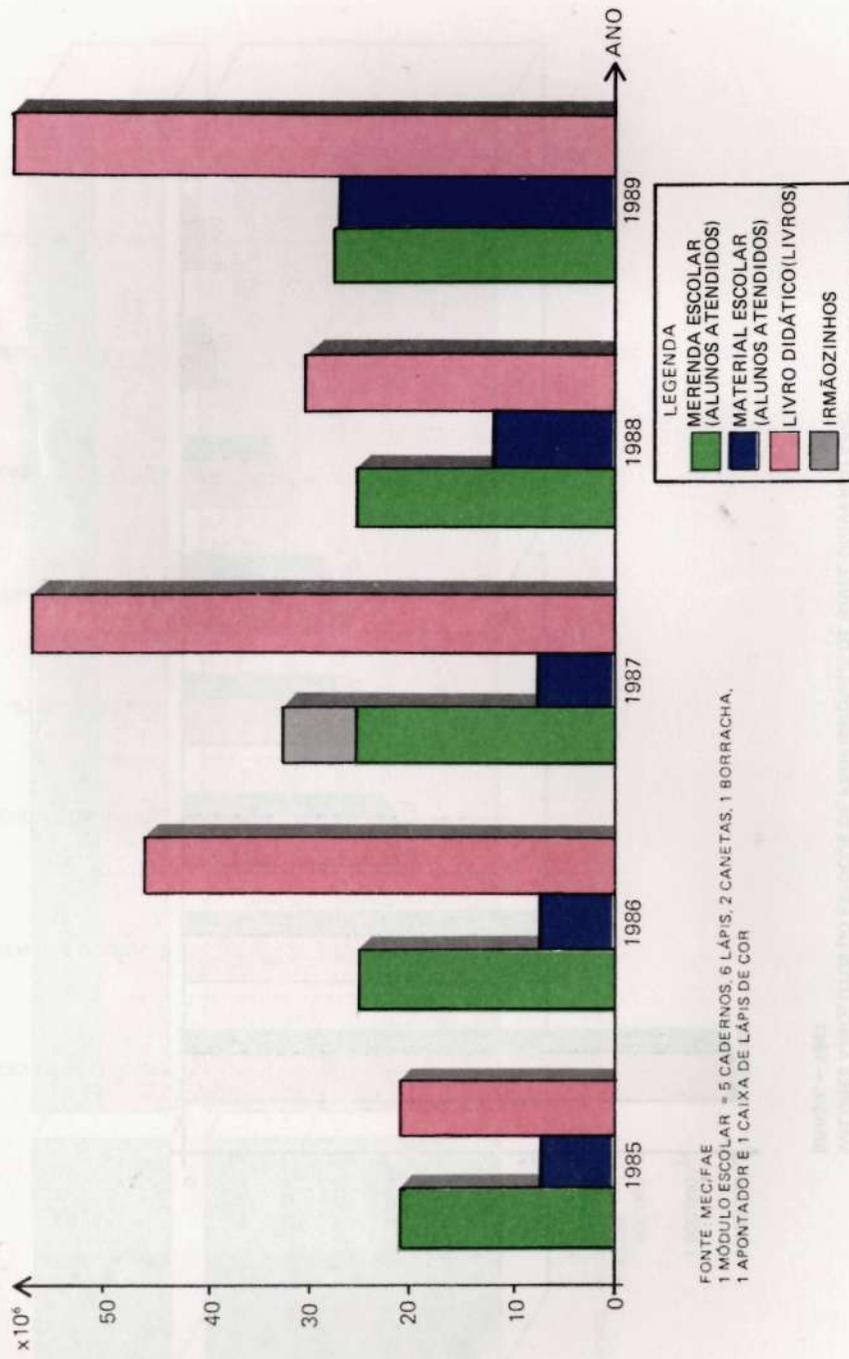
\* Estimativa

VALORES ABSOLUTOS DO ESTOQUE DE PROFISSIONAIS DE NIVEL UNIVERSITÁRIO  
BRASIL - 1987

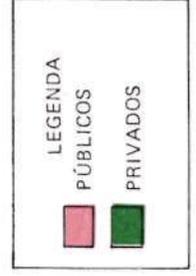
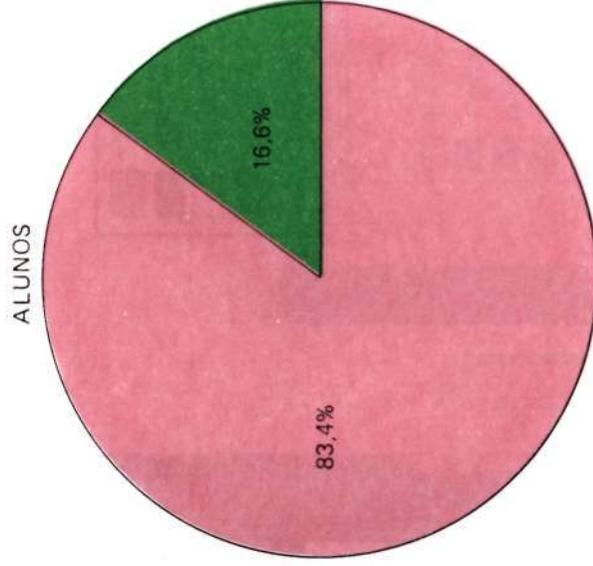
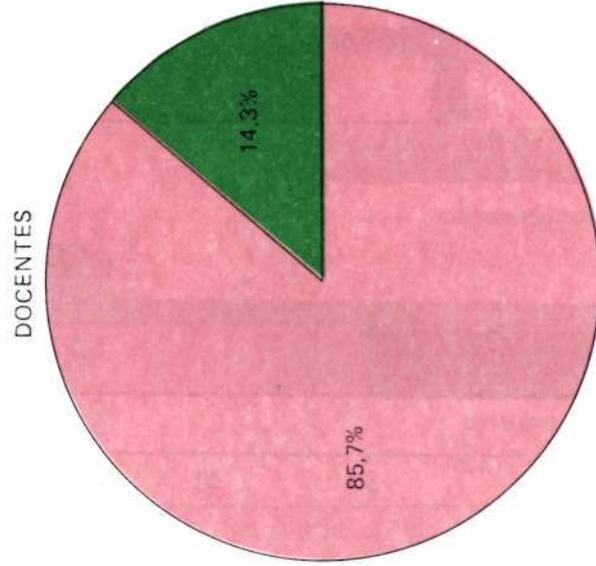


FONTE: MEC SG SEPLAN/SEC

ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE – EVOLUÇÃO DE RESULTADOS  
BRASIL – 1985-89

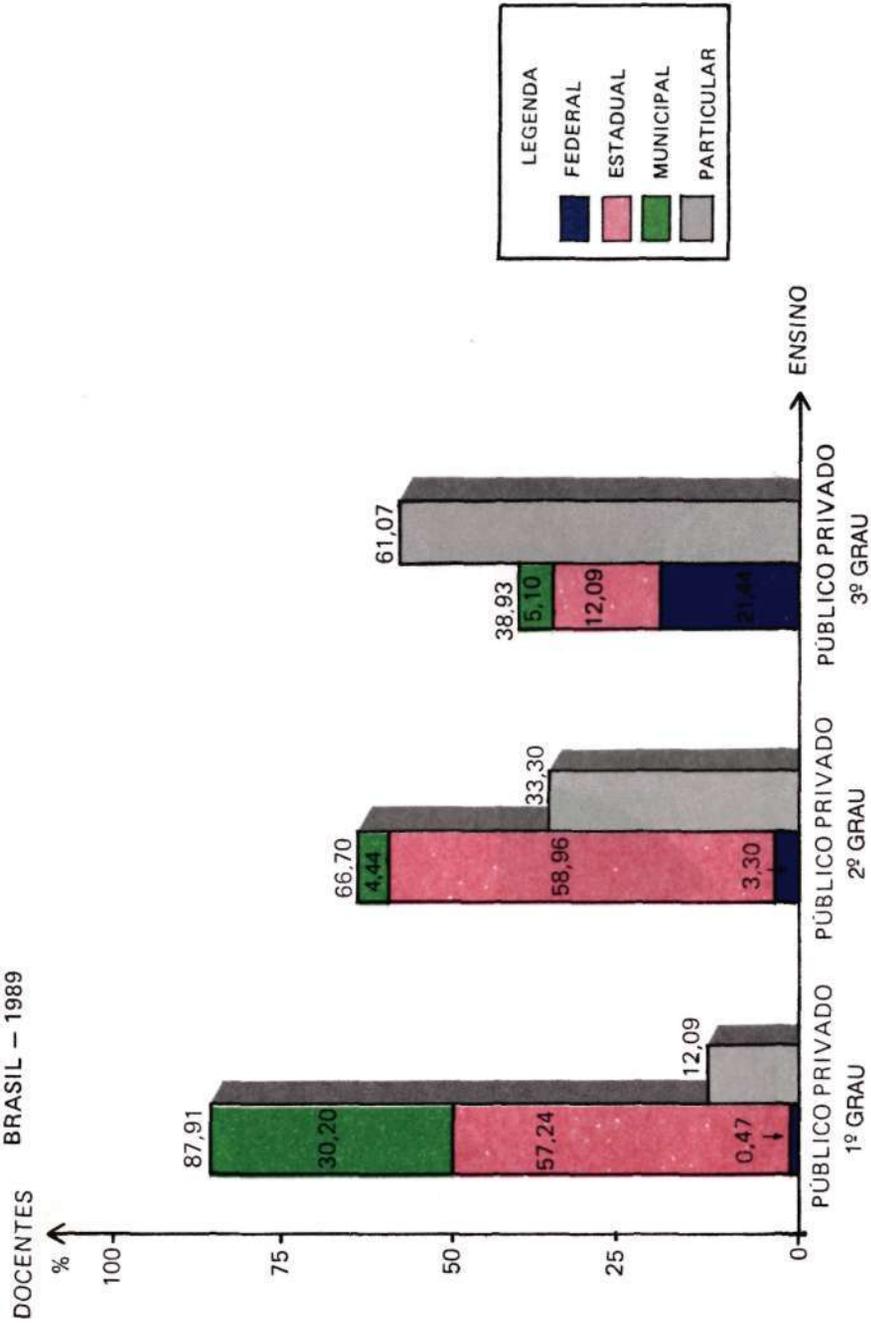


DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS E DOCENTES DO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO (1º, 2º E 3º GRAUS)  
BRASIL – 1989



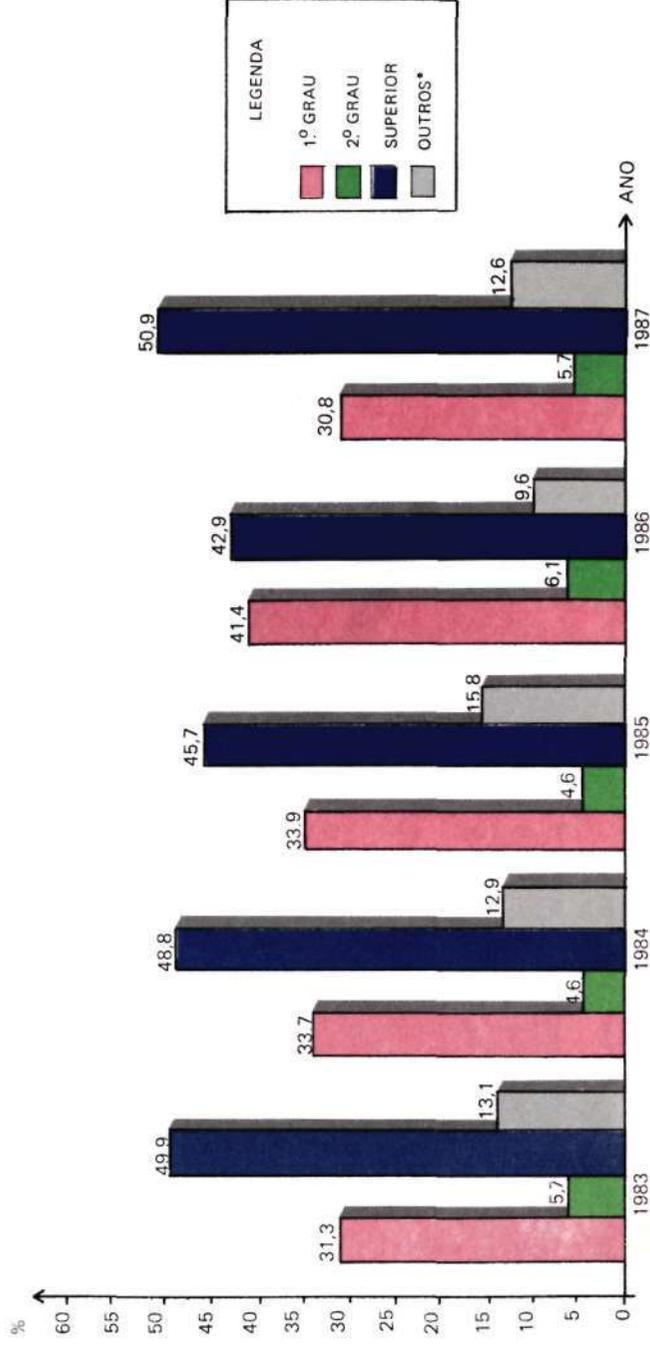
FONTE: MEC/SEEC

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO PÚBLICO E PRIVADO POR GRAU DE ENSINO  
BRASIL – 1989



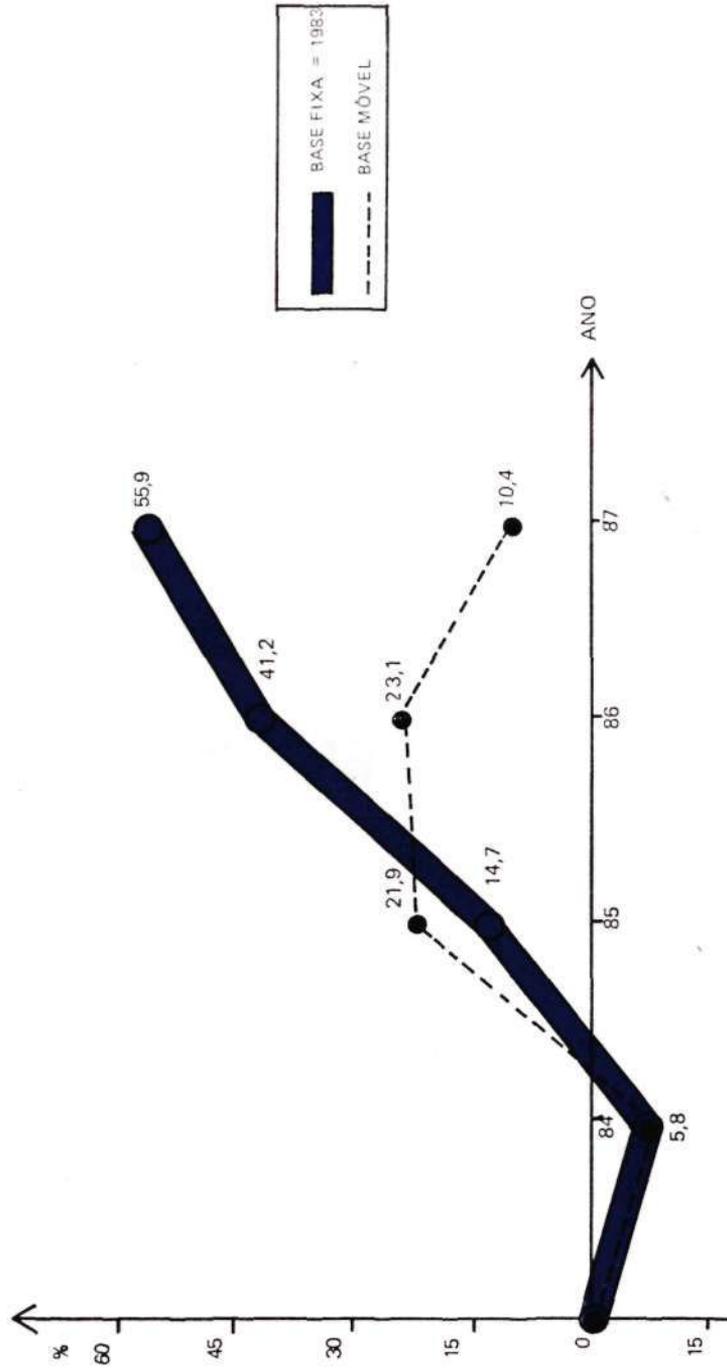
FONTE: MEC/SG/SEEC

PRINCIPAIS PROGRAMAS NA DESPESA DO MEC  
(PERCENTUAL – 1983-1987)



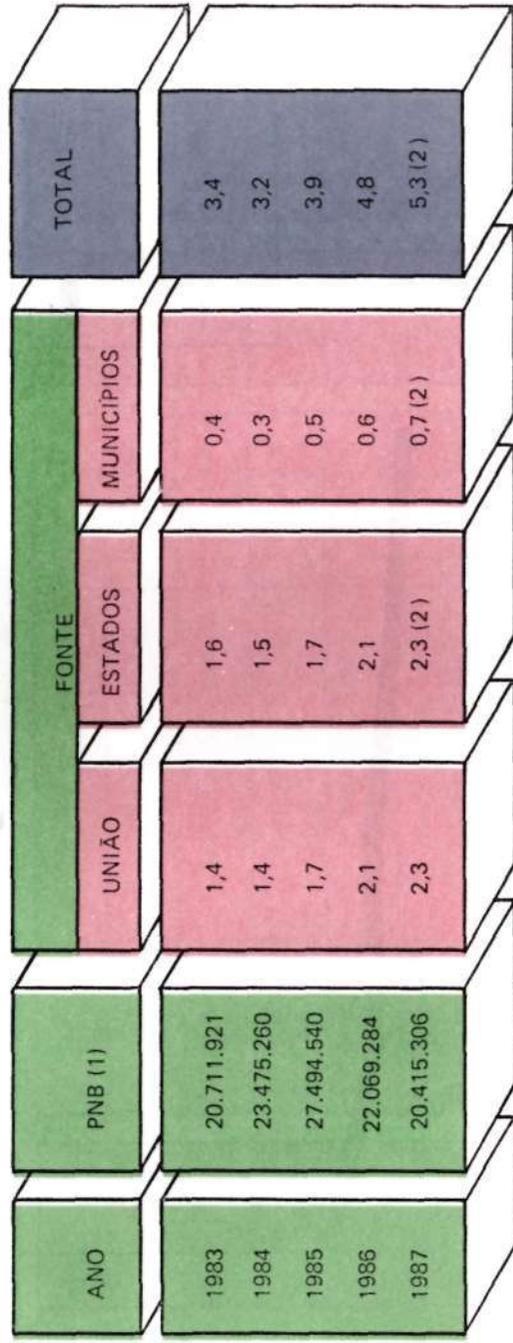
FORTE - MEC - SEEC

\*ENSINO SUPLETIVO, EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OUTROS

EVOLUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PNB  
BRASIL - 1984-87

FONTE: MEC/SEEC

DESPA PÚBLICA EM EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AO PNB  
BRASIL — 1983-87



FONTE: MEC/SG SEPLAN/SEEC

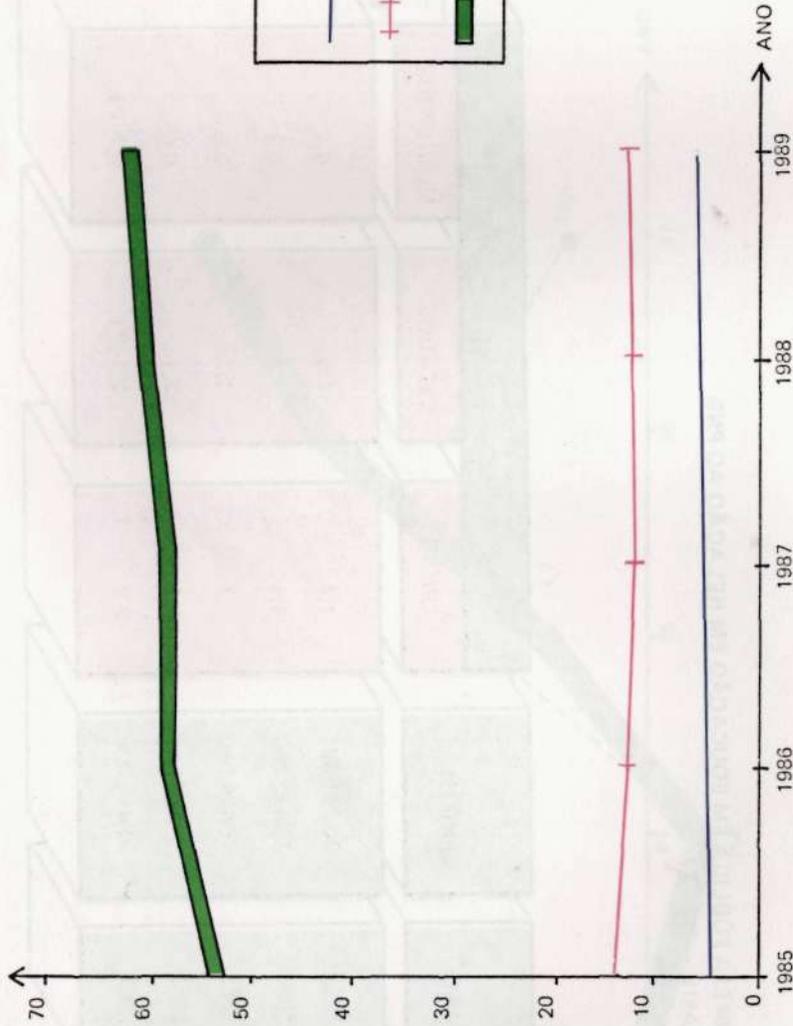
NOTA: (1) IBGE

(2) 1987 — ESTIMATIVA

OBS: VALORES TRANSFORMADOS EM OTN, CONSIDERANDO NA CONVERSÃO DOS CRUZADOS A COTAÇÃO MÉDIA ANUAL DAS MESMAS

ALUNADO NOS ESTABELECIMENTOS DE 1.º E 2.º GRAUS MANTIDOS PELO MEC  
BRASIL — 1985-89

MATRÍCULA  
 $\times 10^3$



FONTE: 1 MEC/SG.SEPLAN/SEEC  
2 MEC/SESG

ALUNOS E DOCENTES POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA SEGUNDO OS GRAUS DE ENSINO  
BRASIL - 1989

GRAU DE ENSINO		PUBLICOS			TOTAL	PRIVADOS	TOTAL GERAL
		FEDERAL (1)	ESTADUAL	MUNICIPAL			
1º G R A U	Nº ALUNO	130.257	15.805.446	8.338.869	24.274.572	3.337.257	27.611.829
	%	0,47	57,24	30,20	87,91	12,09	100,00
2º G R A U	Nº DOCENTE	5.694	670.007	343.278	1.018.979	158.046	1.177.025
	%	0,48	56,92	29,17	86,57	13,43	100,00
2º G R A U	Nº ALUNO	110.909	1.983.825	149.622	2.244.356	1.120.251	3.364.607
	%	3,30	58,95	4,44	66,70	33,30	100,00
3º G R A U	Nº DOCENTE	9.113	128.033	12.132	149.278	93.070	242.348
	%	3,76	52,83	5,01	61,60	38,40	100,00
3º G R A U	Nº ALUNO	322.908	193.783	78.010	594.701	932.876	1.527.577
	%	21,14	12,69	5,10	38,93	61,07	100,00
3º G R A U	Nº DOCENTE	45.233	22.138	4.172	71.543	55.978	127.521
	%	35,47	17,35	3,27	56,10	43,90	100,00

FONTE: MEC-SG-SEEC

NOTA: DADOS ESTIMADOS

(1) OS ESTABELECIMENTOS MANTIDOS PELOS MINISTÉRIOS DO INTERIOR, EXÉRCITO, MARINHA, AERONÁUTICA, PREVIDÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA, PLANEJAMENTO, EDUCAÇÃO E AS ESCOLAS DE RORAIMA E AMAPÁ

SALARIO-EDUCAÇÃO  
DEMONSTRATIVO DAS LIBERAÇÕES DA COTA ESTADUAL

VALORES OEFACIONADOS  
PARA JULHO:89 NCZ\$ 1,00

Uuifto/M «IOOI

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	1985	1986	1987	1988	1989 (*)	TOTAL GERAL
São Paulo (SP)	554.167.785,46	677.476.141,15	643.339.783,54	651.582.086,15	605.241.746,00	3.131.808.142,30
Rio de Janeiro (RJ)	164.371.071,61	168.955.656,23	198.212.642,91	191.732.859,53	193.954.245,00	917.226.475,29
Minas Gerais (MG)	96.406.363,80	126.628.377,40	122.807.656,01	99.429.921,62	107.697.273,00	552.968.593,82
R. G. Sul (RS)	77.150.259,31	100.312.212,94	99.480.028,14	81.770.829,29	86.362.487,00	445.075.816,67
Paraná (PR)	51.802.299,45	67.651.908,41	64.226.349,42	60.792.908,55	63.003.824,00	307.477.289,63
Santa Catarina (SC)	40.505.582,23	51.642.652,25	48.688.893,80	44.494.543,60	<b>43.832.916,00</b>	229.164.587,88
Bahia(BA)	38.033.084,41	49.940.620,77	49.323.715,29	44.333.140,99	44.279.614,00	225.910.175,47
Distrito Federal (DF)	24.695.790,81	27.534.628,40	31.306.804,54	29.141.578,83	28.785.775,00	141.464.557,57
Pernambuco (PE)	22.791.285,15	32.749.296,41	32.107.294,47	27.670.490,09	26.224.923,00	141.543.279,12
Espírito Santo (ES)	17.663.823,24	21.766.364,86	20.322.698,77	20.264.447,54	18.084.412,00	98.101.746,42
Goiás (GO)	13.617.167,66	18.724.585,48	18.826.712,88	17.611.040,86	15.266.506,00	84.046.012,88
Amazonas (AM)	10.160.039,73	12.899.813,33	13.240.179,18	13.467.618,00	14.676.886,00	64.444.536,24
Pará (PA)	13.131.939,13	7.105.308,33	16.013.569,63	13.121.001,92	13.853.067,00	63.224.886,01
Coarã (CE)	9.427.832,64	14.811.621,93	12.460.806,66	13.070.617,65	11.405.965,00	61.176.843,88
M. Gr. Sul (MS)	802.458,27	9.629.249,43	8.470.172,36	8.143.077,97	7.932.176,00	42.177.134,03
R. G. Norte (RN)	5.941.100,12	7.263.331,44	6.820.287,79	7.064.683,86	7.041.778,00	34.131.181,22
Sergipe (SE)	5.091.127,47	6.496.676,89	7.041.982,20	7.321.268,82	7.012.017,00	32.963.072,38
Maranhão (MA)	5.261.385,81	7.252.231,83	7.267.194,62	6.719.923,33	6.617.634,00	33.118.369,60
Mato Grosso (MT)	5.217.648,55	7.479.232,68	7.516.999,46	6.790.236,17	6.317.830,00	33.321.946,86
Alagoas (AL)	5.323.960,10	6.700.901,45	6.107.259,93	5.918.512,81	4.486.298,00	26.536.952,29
Paraíba (PB)	4.325.944,14	6.318.525,37	4.724.618,44	5.568.012,46	5.120.393,00	26.057.493,41
Piauí (PI)	2.531.760,83	3.842.848,25	3.780.860,68	4.066.256,86	3.953.699,00	18.175.325,62
Rondônia (RO)	2.934.878,52	4.627.960,06	4.091.163,67	3.438.377,06	2.517.135,00	17.609.534,31
Tocantins (TO)					3.508.067,00	3.508.067,00
Acre (AC)	768.541,53	1.449.062,50	1.293.400,16	1.133.033,77	1.203.074,00	5.847.111,97
Amapá (AP)	769.894,23	1.107.898,56	802.248,94	1.174.325,87	699.551,00	4.553.918,60
Roraima (RR)	438.779,14	569.012,45	501.863,90	576.802,80	537.648,00	2.624.106,29
F. Noronha (FN)	22.430,57	22.204,74	15.438,80	148.256,43		208.330,55
<b>TOTAIS</b>	<b>1.180.554.253,91</b>	<b>1.440.958.333,59</b>	<b>1.428.790.628,19</b>	<b>1.366.546.542,83</b>	<b>1.329.616.839,00</b>	<b>6.746.466.907,51</b>
<b>VALOR MÉDIO</b>	<b>43.724.231,63</b>	<b>53.368.827,17</b>	<b>52.918.171,41</b>	<b>50.612.831,59</b>	<b>49.245.068,11</b>	<b>240.945.232,41</b>

FONTE: FNDE/SG/MEC e SOF/SG/MEC

(\*) Inclui a estimativa inicial somada a suplementação (excesso de arrecadação).

SALARIO-EDUCAÇÃO  
 DEMONSTRATIVO DAS LIBERAÇÕES DA COTA ESTADUAL

BASE DE CÁLCULO (1989)

MÊS	ÍNDICES(IPCs)	VARIAÇÃO
JAN.	10.029,15	70,28
FEV.	10.390,20	3,60
MAR.	11.022,96	6,09
ABR.	11.828,74	7,31
MAI.	13.004,52	9,94
JUN.	16.233,54	24,83
JUL.	20.902,31	28,76
AGO.	27.035,05	29,34
SET.	35.145,47	30,00
OUT.	45.689,24	30,00
NOV.	59.396,01	30,00
DEZ.	77.214,81	30,00

VALORES DEFLACIONADOS (junho/89 =100)  
 PARA JULHO/89 NCz\$ 1,00

TABELA DE ÍNDICES/DEFLADORES 1985 A 1989		
ANO	ÍNDICES	DEFLADORES
1985	41,84	672,9844646
1986	101,98	276,1097274
1987	333,76	84,3650228
1988	2.276,23	12,3703097
1989	28.157,67	1,0000000

De: 85 a 89 — Médias dos índices

Fonte: IBGE

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
 Resumo da Despesa por Unidade/Categoria Econômica  
 Posição Inicial - 1989

ADMINISTRAÇÃO DIRETA/ENTIDADES SUPERVISIONADAS	CATEGORIA		TOTAL EM NCZ\$ 1,00
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTE E DE CAPITAL	
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>			
Gabinete do Ministro	13.223	269.725	282.953
Secretaria-Geral	21.566.549	110.791.584	132.278.133
Secretaria de Controle Interno	80.734	106.149	186.883
Divisão de Segurança e Informações	347	14.330	14.677
Departamento de Administração	5.476	5.246.215	5.251.691
Departamento do Pessoal	26.874.765	589.851	27.464.616
Conselho Federal de Educação	75.078	705.142	780.220
Conselho Nacional de Desporto	10.426	73.435	83.861
Conselho Nacional do Serviço Social	23.654	11.065.354	11.089.008
Secretaria da Educação Superior	66.954	19.798.661	19.865.615
Secretaria da Educação Física e Desporto	46.895	198.961	245.856
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	1.284.105	1.264.503	2.548.603
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	935.644	199.33.986	200.272.630
Secretaria de Ensino Básico	2.255.250	85.243.803	87.499.053
Secretaria de Ensino de 2º Grau	54.631.207	158.689.360	213.370.567
Secretaria de Educação Especial	13.228	4.388.421	4.371.649
Instituto Nacional de Educação de Surdos	3.939.407	887.538	4.826.945
Instituto Benjamin Constant	4.415.569	776.705	5.192.274
<b>ENTIDADES SUPERVISIONADAS - SG</b>			
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1.747.997	654.389.400	666.137.397
Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos	52.021.486	158.161.009	210.182.495
Fundação de Assistência ao Estudante	10.673.436	456.977.640	467.651.076
<b>ENTIDADES SUPERVISIONADAS - ENSINO</b>			
Secretaria de Ensino de 2º Grau	209.632.880	22.352.657	231.985.537
Secretaria da Educação Superior	3.015.503.514	334.595.558	3.350.099.072
<b>TOTAL</b>	<b>3.405.887.829</b>	<b>2.225.892.987</b>	<b>5.631.780.816</b>

## Errata

Erros de legendas.

Na página 66 a coluna de cor azul corresponde ao **ensino particular**, e a coluna de cor cinza corresponde ao **ensino federal**.

Na página 71 a cor verde identifica o **ensino federal** (não o municipal), e a cor azul identifica o **ensino municipal** (não o federal).

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)